

Presidente da República recebeu a ADFA

O Chefe de Estado reconhece que, independentemente das perspectivas histórico-políticas com que a guerra colonial seja encarada, os deficientes militares são credores, por parte da Nação, de reparação moral e material, pelos sacrifícios que lhes foram exigidos no cumprimento do dever militar.

Pág. 3



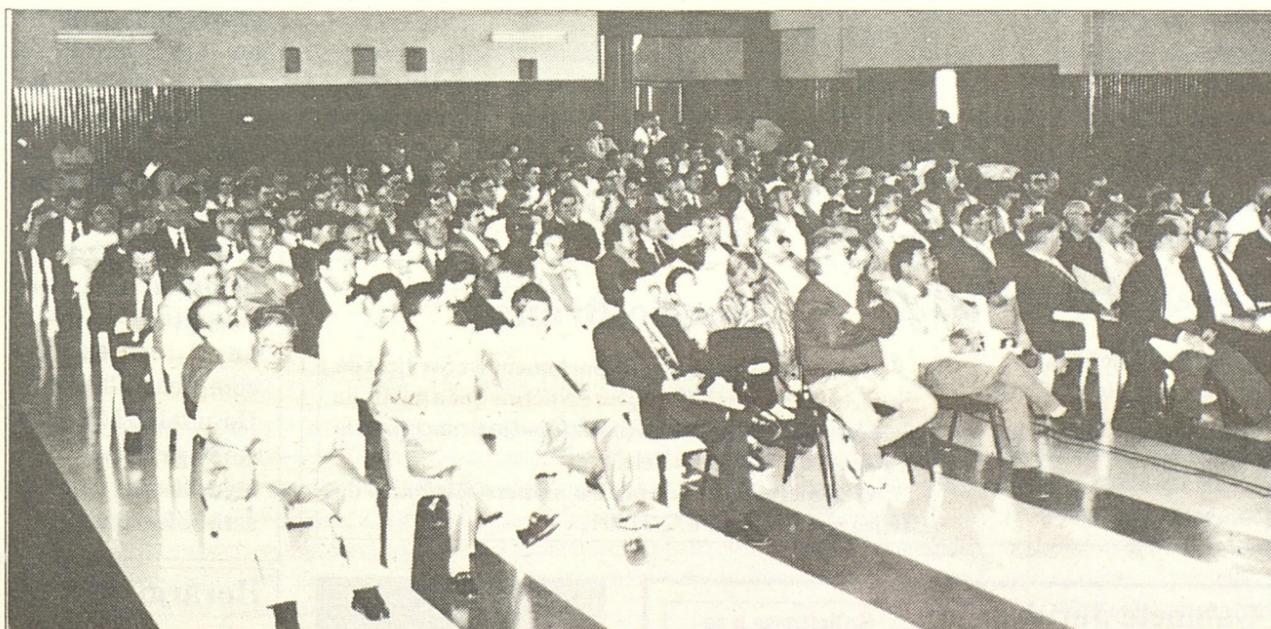
Ministro da Defesa Nacional em audiência com a ADFA

O Ministro da Defesa reafirmou o diálogo e reforçou a certeza de que os problemas dos deficientes militares são uma preocupação deste Governo.

Demonstrada disponibilidade para se encontrar uma solução global de todas as questões de âmbito legislativo, pendentes desde a guerra colonial.

Militares portugueses, em missões de paz, vão ter decreto-lei.

Pág. 3



Assembleia Geral Nacional
Ordinária,
reunida nas instalações
do Lar Militar,
no dia 13 de Abril,
aprovou o Relatório
de Actividades e Contas
da Direcção Nacional,
referente a 1995

Pág. 7, 8 e 9

Reuniões nas Secretarias de Estado

Defesa

Secretaria de Estado vai analisar todas as questões legislativas referentes a deficientes militares

Pág. 15

Cooperação

Secretaria de Estado reiterou empenhamento para a criação de uma oficina de próteses, em Angola

Pág. 3



Propriedade da Associação dos Deficientes das Forças Armadas

Administração e Redacção:
Av. Padre Cruz - Edifício ADFA - 1600 LISBOA
Telefone: (01)7570502
7570583 / 7570645 / 7570702
Fax: 7571319

Director: José Diniz
Conselho de Redacção:
Armando Roque,
Carmo Vicente,
Dias Antunes,
Guedes da Fonte,
Jaime Ferreri, José Maia,
Patuleia Mendes, Sá Flores,
Victor Sengo.

Colaboradores permanentes:
Abel Fortuna, António Carreiro, João Gonçalves.

Fotógrafo: Farinho Lopes

Composição e revisão:
Santos Silva, António Lemos

Maquetagem e paginação:
Armando Roque

Montagem e Impressão:
Interpress Gráfica
Rua Luz Soriano, 67
1100 Lisboa

Gravação do "ELO" sonoro:
Centro de Produção de Material da Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo

Depósito Legal: 99595/96

Mensário distribuído gratuitamente aos associados em situação legal.

Assinaturas:
Anual: 1 300\$00.
Quando o envio do jornal for para fora de Portugal, os associados e assinantes suportarão os respectivos "portes", cujo valor anual é o seguinte:
Europa: 2 420\$00
Fora da Europa: 3 740\$00

Os textos assinados não reproduzem necessariamente, as posições da ADFA ou da Direcção do "ELO", sendo da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

Tiragem deste número: 12 500 exemplares

Tabela de publicidade
1 pág. (excepto 1ª e última) 80 000\$00
1/2 página 46 000\$00
1/4 página 26 000\$00
1/6 página 16 500\$00

Pequeno anúncio:
450\$00 x 1 cm x nº de colunas.

Acumulação do subsídio de desemprego com a pensão de DFA

O Despacho nº. 8/SESS/96, de 12MAR96, do Secretário de Estado da Segurança Social, vem reconhecer o direito à acumulação das pensões dos deficientes das Forças Armadas com o subsídio de desemprego, não lhes devendo ser aplicável o princípio da não acumulação de prestações estabelecido no artº. 33º. no Decreto-Lei nº. 79-A/89, de 13 de Março.

É o seguinte o articulado deste despacho:

1 - A pensão de aposentação por incapacidade dos deficientes das Forças Armadas abrangidos pelo artº 1º. do Dec.-Lei 43/76, de 20-1, é equiparada à pensão por acidente de trabalho atribuída a coberto da respectiva legislação especial, para o efeito de terem acesso às prestações de desemprego nos termos e condições regulados no Dec.-Lei nº. 79-A/89, de 13-3, com a redacção dada pelo Dec.-Lei nº. 418/93, de 24-12.

2 - O presente despacho produz efeitos a partir de 12-3-96, data da sua assinatura."

ADFA pretende admitir

Secretário(a)

Com curso médio/superior, e os seguintes requisitos:

- 1 - Conhecimentos Inglês e Francês, escrito e falado
- 2 - Conhecimentos de Informática na óptica do utilizador: Processamento de Texto
- Utilização de Base de Dados

Jornalista

Com carteira profissional, alguma experiência e para as seguintes tarefas, em tempo parcial:

- 1 - Redacção do "ELO"
- 2 - Entrevistas
- 3 - Reportagens
- 4 - Dinamização da imagem da ADFA junto da comunicação social

Técnico adjunto de arquivo

Com habilitação adequada para o desenvolvimento das seguintes tarefas:

- 1 - Organização e tratamento de arquivo existente
- 2 - Organização, recolha e tratamento
- 3 - Atendimento e orientação dos utilizadores
- 4 - Outras tarefas

LOCAL: Sede da ADFA, em Lisboa

Respostas com curriculum, a enviar em envelope fechado, e dirigido à ADFA

Serviço de Pessoal.
Av. Padre Cruz - Edifício ADFA
1600 LISBOA

Delegação de Coimbra

Excursão

Dia 16 de Junho (Domingo). Saida da ADFA Coimbra 8:30 horas.

Coimbra, Leiria, Vieira de Leiria, S. Pedro de Moel, Nazaré, Alcobaça e Batalha.

Almoço na Quinta do Moinho - Porto de Mós.
Visita a Fátima, Castelo de Leiria, Praias do Oeste e Grutas de Stº António, Mira de Air, entre outras.

Preço: 5.000\$00 c/almoço e programa de variedades.
As inscrições devem ser feitas até ao dia 08 de Junho.
Para mais informações, contactar a Delegação.

Actualização dos vencimentos da Função Pública e das pensões

Foi publicada no Diário da República nº. 81, I Série B, de 4ABR96, a Portaria nº. 101-A/96, de 4 de Abril, que procede à revisão das remunerações dos funcionários e agentes da Administração Central, Local e Regional e à actualização das pensões de aposentação, sobrevivência, invalidez e outras a cargo da Caixa Geral de Aposentações.

As pensões de aposentação, reforma e invalidez, as pensões de sobrevivência e as pensões de preço de sangue e outras, com excepção das resultantes de condecorações e das Leis nºs. 1942, de 27JUL36, e 2127, de 03AGO65, são aumentadas em 4,25%, com excepção das pensões de menor montante (até 27 600\$00) que são aumentadas numa percentagem superior (5,1%), igualando-se a pensão mínima à do regime geral da segurança social que é de 29 000\$00.

O pagamento das novas remunerações e pensões será iniciado no corrente mês de Abril, sendo igualmente pagos neste mês os retroactivos reportados a 1 de Janeiro do corrente ano.

Por força desta Portaria, é o seguinte o quadro das tabelas de remunerações base mais o subsídio de condição militar a que têm direito os militares do Exército, desde 01JAN96:

(QUADRO)

TABELAS DE REMUNERAÇÕES BASE + SCM (10%) (EM MILHARES DE ESCUDOS)

POSTOS	ESCALÕES							
	QP	1	2	3	4	5	6	7
GENERAL4E	765.0							
GENERAL3E	617.1	642.7	678.3					
BRIGADEIRO	540.7	561.0	586.6	612.1				
CORONEL	438.6	459.1	489.7	520.2				
TEN COR.	382.5	392.7	403.0	418.3	433.6			
MAJOR	346.9	351.9	362.2	377.5				
CAPITÃO	275.5	290.8	306.1	321.4	341.8			
TENENTE	229.6	239.7	250.0	260.2	270.4			
ALFERES	199.0	209.2	219.4					
SARG MOR	275.5	290.8	306.1					
SARG CHEFE	250.0	255.0	265.3	270.4				
SARG AJUD	214.3	224.4	234.7	239.7	244.9			
1º SARGENTO	168.3	173.5	178.6	188.8	199.0	209.2		
2º SARGENTO	158.2	163.3						
CABO SECÇÃO	142.9	148.0	153.1	158.2	168.3	178.6	188.8	
CABO ADJ.	102.1	107.2	112.2	122.5	132.	142.9		

EM EXTINÇÃO

FURRIEL	132.7	137.8	148.0	158.2			
1. CABO RD	102.1	107.2	112.2	122.5	132.7		
2. CABO RD	91.9	97.0	102.1	112.2	122.5		
SOLDADO RD	91.9	97.0	102.1	112.2	122.5		
1º CABO CONT.	91.9	97.0	102.1	112.2	122.5		
2. CABO CONT.	91.9	97.0	102.1	112.2	122.5		
SOL. CONT.	91.9	97.0	120.1	112.2	122.5		

Castelo Branco

Comunica-se a todos os Departamentos e Serviços da Sede, bem como às Delegações e Núcleos que a partir de 1 de Abril de 1996, a Delegação de Castelo Branco passou a dispor de um posto de Telefax.

O número deste Telefax é o número telefónico da Delegação, ou seja: 072/21201.

Admissão de associados

Relação de candidatas a associados efectivos, divulgada da harmonia com o disposto no nº 4, do Artº 8º dos Estatutos da ADFA:

- Alipio Marques Gil Serrano
- Manuel Joaquim Varandas
- Alberto Nunes Duarte
- Mamadu Candé
- Assane Baldé
- Eduardo da Costa Resende
- Cherno Cassama
- José Gonçalves de Brito
- Fernando Ribeiro da Silva
- Agostinho Marques Silva
- Francisco Manuel F. da Silva
- António Sousa dos Santos
- José Augusto Tavares Silva
- Luis Anselmo N. dos Santos
- António Capela F. Gordo
- Zeferino Santos Ferreira
- Sissé Camará
- Luis Martins
- José Luis da Silva
- Figueiredo
- Demba Candé
- José Joaquim da Encarnação Tavares
- Júlio da Conceição Marques
- Daniel Maneca
- Manuel Marques Simões
- Manuel João Almaça Cruz
- Manuel A. T. da Fonseca
- Jaime Vieira Junior
- Leopoldino A. de Campos

Consultas e Tratamentos no Hospital da Marinha

Nos termos do ofício nº 160 do Director do Hospital da Marinha, a partir de 2 de Abril de 1996, os deficientes das Forças Armadas com grau de incapacidade igual ou superior a 60% terão atendimento prioritário nas consultas externas e exames complementares no Hospital da Marinha, sem prejuízo das medidas em vigor, já estabelecidas.

Cada assinante um amigo

Serviços médicos e psicossociais

Clinica geral
médico: Dr. Fernando Brito
2ª-13H00 5ª-13H15

Psiquiatria
médico: Dr. José Tropa
6ª-14H30

Urologia
médico: Dr. Paulo Vale
2ª feira 17H00

Análises Clínicas:
6ª - 9H00 às 10H00

Psicologia Clínica e Stress de Guerra:
Drª Teresa Infante
Horário: 2ª-3ª-4ª

Serviço Social:
Drª Fátima Almeida
2ª, 4ª e 6ª
09H00 às 12H00
14H00 às 18H00

Marcações: D. Elizabete Couto

Gabinete Jurídico

advogados:
Dr. António Carreiro
3ª e 5ª 14H00 às 18H00
Dr. Barbosa Carneiro
áreas fora da deficiência
5ª 10H00 às 13H30
Marcações:
D. Helena Afonso
Nota: As marcações devem ser feitas previamente não se dando consultas ao telefone.

Solicita-se a todos os associados que sejam feitas as marcações das consultas com antecedência pelos telefones:
7570502/7570583/
7 5 7 0 4 2 2 /
7 5 7 0 6 4 5 /
7570702/7570781

Quotas em dia direitos assegurados

Horário da Sede

Expediente:
10H00 às 19H00

Intervalo de almoço:
13H00 às 14H30

Serviço de almoço:
2ª a 6ª das
12H00 às 14H30

Serviço de bar:
2ª a 6ª das
10H00 às 19H00

Audiência com o Presidente da República, Dr. Jorge Sampaio

No dia 10 de Abril, a pedido da ADFA, a Direcção Nacional foi recebida em audiência, por Sua Excelência o Presidente da República, Dr. Jorge Sampaio.

A audiência que se iniciou às 15:30 horas, teve como objectivo a apresentação de cumprimentos por parte da ADFA ao mais alto magistrado da Nação, com votos do maior sucesso no desempenho do cargo de Presidente da República e Comandante Supremo das Forças Armadas.

A Direcção Nacional aproveitou esta oportunidade para informar o Senhor Presidente da República sobre os problemas mais prementes que afectam os deficientes militares, decorridas mais de duas dezenas de anos sobre o 25 de Abril e o final da guerra colonial. O Senhor Presidente da República revelou uma extrema sensibilidade e abertura em relação à reabilitação e integração dos deficientes militares, adiantando que, independentemente das perspectivas políticas e históricas com que se encara a guerra que Portugal manteve nas três frentes de Angola, Moçambique e Guiné de 1961 a 1974, os deficientes militares são credores, por parte da Nação, de um conjunto de direitos específicos pelo facto de terem cumprido um dever que, nessa altura, foi exigido à juventude portuguesa.

Este sentimento humanista e solidário do Senhor Presidente da República tem raízes profundas, já que desde há vários anos e no desempenho de outras funções tem acompanhado o evoluir da Associação dos Deficientes das Forças Armadas e os valores por ela representados na defesa dos direitos de todos aqueles que se deficientaram no cumprimento

do serviço militar. Nesta audiência, o Dr. Jorge Sampaio demonstrou estar profundamente consciente de que a integração dos deficientes na sociedade portuguesa tem muito a ver com as barreiras sócio-culturais e que nesta matéria muito há a fazer desde a escola até à informação sistemática da opinião pública.

Relativamente às questões apresentadas, o Sr. Presidente da República, no âmbito das suas competências, disponibilizou-se para apoiar a resolução dos problemas dos deficientes militares. Nesta perspectiva, a Direcção Nacional convidou o Sr. Presidente da República a visitar a sede da ADFA, no seu 22º aniversário que ocorrerá no dia 14 de Maio próximo. O convite foi de imediato aceite pelo Dr. Jorge Sampaio, o que constituirá para todos os associados da ADFA uma honra e um renovar da esperança que todos depositamos neste novo ciclo político.

No momento imediatamente anterior a esta audiência, a Direcção Nacional foi recebida pela Chefe da Casa Militar do Presidente da República, General Faria Leal, e seus assessores, ao qual foram apresentados cumprimentos e votos de bom êxito nestas novas funções. A Casa Militar demonstrou um grande respeito pelos deficientes militares e garantiu à ADFA toda a disponibilidade para encaminhar no melhor sentido as questões por nós apresentadas. Não podemos deixar de registar a amabilidade do Sr. General Faria Leal que acompanhou permanentemente a Direcção Nacional, desde a chegada ao Palácio de Belém, até ao final da audiência com a apresentação de cumprimentos de despedida na porta principal do Palácio.

Ministro da Defesa revela abertura às propostas da ADFA

O Ministro da Defesa Nacional, na sequência de expectativas criadas, recebeu, em audiência concedida no passado dia 18, a nossa Associação representada pelo presidente da M.A.G.N. e pela Direcção Nacional.

Na ocasião, o Dr. António Vitorino, que se fazia acompanhar do Secretário de Estado daquele Ministério, Dr. Pereira Gomes, e do seu próprio Chefe de Gabinete, brigadeiro Arnaldo Cruz, mostrou ampla abertura política, por parte do Governo, para se encarar numa base de estudo aprofundado as propostas apresentadas pela ADFA.

O Ministro da Defesa, aceitou, como útil e desejável a criação de uma estrutura de coordenação das medidas específicas de reabilitação dos deficientes militares, como instrumento do M.D.N. para esta área. Aliás na sequência da aprovação do DL 43/76 já existiu uma estrutura semelhante apelidada, na altura, de Comissão Militar de Reabilitação e Assistência (CMRA) a qual, não atingindo totalmente o objectivo para que foi criada, desempenhou, no entanto, um importante papel na integração dos deficientes militares. A Direcção Nacional registou, com agrado, a disponibilidade do Ministro da Defesa Nacional para se poder vir a encarar a hipótese de que esta estrutura possa vir a ficar na Sua dependência.

Em relação aos militares portugueses integrados em missões de paz, no estrangeiro, o Dr. António Vitorino revelou que o Despacho nº 4/96 que proferiu sobre esta matéria, e relativo ao contingente destacado na Bósnia, será convertido em Decreto Lei, para que fiquem salvaguardadas todas as situações de acidentes e doenças sofridas por todos os militares adstritos a missões de paz. Esta solução vem de encontro às posições que a ADFA defendeu desde o início logo que aquele Despacho foi publicado.

A Direcção Nacional alertou o Dr. António Vitorino para a morosidade, que acarreta anos de burocracia, para que um militar seja classificado como deficiente ao serviço das Forças Armadas. Meses, até anos, retêm os respectivos processos em cada uma das fases instrutória, clínica e jurídica e, quando a decisão é positiva, o entendimento de um só médico de clínica geral da Caixa Geral de Aposentações deita por terra anos de acompanhamento médico, consubstanciado por Juntas militares de saúde qualificadas e instrução e tratamento jurídicos avalizados: um

perfeito desprestígio para as Forças Armadas!

Contemplado, como está, na lei do serviço militar que o mesmo constitui um risco permanente, a Direcção Nacional defendeu a ideia de que todos os que fiquem deficientes no cumprimento do dever militar deverão ser abrangidos por legislação específica que os retire do estatuto da aposentação pública. Essa lei específica, deveria integrar parâmetros idênticos aos do decreto lei nº 43/76, que embora assentes em bases diferentes, deveriam ter dinâmica e enquadramento semelhantes; foi indicado ao Dr. António Vitorino, a título de exemplo, que, da analogia do articulado, poderia sobressair a classificação dos deficientes militares pelos graus de incapacidade. e que no diploma a criar se integrariam os GDFA.

Foi realçado ao nosso interlocutor, que dos deficientes provindos de acidentes ocorridos durante a prestação do serviço militar e cuja causa ainda não tem relação com aquele, cerca de metade ocorreram em percursos de ida ou regresso para os quartéis. Esta situação está já contemplada no regime jurídico dos acidentes de trabalho, pelo que não se entende, que igual entendimento não seja aplicado aos deficientes militares. A ADFA considera que, para a classificação como deficientes militar com direito a reparação económica e moral, deve existir sempre o nexo de causalidade, mas entende que o âmbito deste conceito deve ser mais alargado.

O Ministro da Defesa mostrou muito interesse sobre a recuperação da orientação e destino iniciais dados ao lar militar, tendo indicado que, para atingir tal objectivo, pretende a criação de uma comissão consultiva, composta por representantes do seu Ministério, da nossa associação e dos ali residentes. A ADFA defende que tal comissão deve contribuir positivamente com direcção daquela instituição para o definitivo salto qualitativo que a mesma tem que dar face à sua procura crescente e ainda não equacionada por parte dos deficientes militares, cuja existência pessoal e familiar se degrada rapidamente.

Quanto ao acórdão do tribunal constitucional sobre o problema das graduações, o Senhor Ministro revelou estar ainda em estudo as respectivas implicações e garantiu que, após a respectiva publicação em Diário da República, o Ministério não regulamentará a competente aplicação sem ouvir a opinião da nossa Associação.

QUOTAS

Sócios em situação irregular

O problema das quotas em atraso, por se tratar duma questão muito séria, e conforme se divulgou, em tempo oportuno, foi levado à Assembleia - Geral, que o tomou em suas mãos.

Decidiu o plenário associativo, em deliberação publicada nas páginas dedicadas à sua reunião, que a Direcção Nacional e as direcções das delegações encontrem um sistema que, com facilidades no respectivo pagamento, e suportado por uma campanha esclarecedora e dinâmica, traga os associados, em situação irregular, ao cumprimento desse dever estatutário, por conseguinte, à sua plena participação.

Prevedo, embora, aquela deliberação uma maior abrangência no regime de isenções, para os casos justificados de insuperáveis dificuldades financeiras, não admite a mesma, porém, qualquer perdão ou amnistia, pelo que se procederá com toda a legitimidade e de harmonia com o rigor dos nossos Estatutos. Assim, dando cumprimento ao determinado, a Direcção Nacional, em conjugação com as delegações, vai promover uma campanha de sensibilização, de nível nacional, que demonstre àqueles sócios que é importante voltar à ligação permanente com a nossa Associação.

O tempo urge! Existe uma oportunidade única de regularização da situação, até à Assembleia - Geral ordinária do próximo ano, à qual será apresentada uma proposta para que sejam accionados os mecanismos que levam à perda da qualidade de sócio, aqueles que, então, ainda não se encontrem em dia.

Reflecte! Não adies, por mais tempo, o direito que podes ter para voltar a usufruir o gozo de ser associado da ADFA.

A Direcção Nacional,

Audiência com o Secretário de Estado da Cooperação

No passado dia 8 o Secretário de Estado da Cooperação recebeu uma delegação da ADFA, composta pelo Presidente da Direcção Nacional, Lavouras Lopes, pelo membro daquele Órgão, Humberto Sertório e pelo Director do CRPG, Jerónimo de Sousa, com o objectivo de analisar o andamento do projecto da oficina de próteses a implementar em Luanda e os constrangimentos que este tem enfrentado nos serviços do Instituto Português da Cooperação.

O Dr. José Lamego mostrou-se apreensivo quanto à possibilidade de se executar um projecto com a amplitude que ele próprio tinha sugerido inicialmente, devido ao elevado montante que é necessário para o pôr em prática, pelo que foi proposta uma solução que será menos onerosa, designadamente na fase de implantação. Assim, será elaborado um projecto moderado que se ajuste, numa primeira fase, às disponibilidades existentes e que em fases subsequentes recorrerá a subsídios da Comunidade Europeia.

O Sr. Secretário de Estado comprometeu-se a desbloquear os constrangimentos que se têm deparado à nossa Associação, no Instituto Português da Cooperação, no sentido de serem disponibilizadas as verbas necessárias à deslocação dos técnicos que farão o levantamento da situação em Luanda, para a elaboração do projecto tendente à implementação da mencionada oficina de próteses.

A ADFA irá empenhar-se na apresentação de uma proposta moderada para a criação de um Centro de Reabilitação na Capital de Angola que promova a recuperação funcional e profissional dos deficientes militares daquele país irmão.

Órgãos Sociais reforçam e intensificam a participação associativa

Os Órgãos Sociais da Delegação do Porto, procurando dar continuidade ao Programa de Acção que se propuseram levar a cabo durante o actual mandato, têm vindo a desenvolver acções que visam por um lado abrir a ADFA à Comunidade local e por outro, criar espaços de diálogo e participação associativa,

Os contactos com a Junta de Freguesia da área, a abertura das Instalações à prática desportiva por parte das Associações locais, a realização de iniciativas como foi a Exposição de Pintura que esteve patente ao público de 19 de Abril a 1 de Maio, a realização em conjunto com outras Associações de Deficientes de uma jornada desportiva para assinalar mais um aniversário sobre o "25 de Abril" são iniciativas que mostram e concretizam a intenção de promover a abertura da ADFA ao exterior para que nos conheçam e saibam que não nos marginalizamos nem nos deixamos marginalizar.

As reuniões com associados ultimamente efectuadas na Delegação e em Grijó, no passado dia 30 de Março, a participação de um grande número de associados do Porto na última Assembleia Geral Nacional, as reuniões e actividades que se vão realizar nos próximos meses de Maio, Junho e Julho, pretendem reforçar e intensificar a acção associativa, chamando os sócio, à participação e ao debate das questões que se colocam aos Deficientes Militares.

Criar na Delegação um espaço de diálogo e convívio é o próximo objectivo em vista, por isso a Delegação está empenhada na transformação das "antigas garagens" num Centro de Convívio pelo que apela todos os associados que apoiem os Órgãos Sociais e contribuam para que essa obra se concretize, nomeadamente, aqueles que ainda não regularizaram as suas quotas, o façam, logo que lhes seja possível.

Direcção da Delegação recebida pela Direcção do Hospital Militar Regional nº 1

A Direcção da Delegação do Porto foi recebida, a seu pedido no passado dia 11 de Abril, pelo Director do Hospital Militar Regional nº1 do Porto.

As relações Institucionais entre a Delegação e a Direcção do H.M.R. Nº1 eram praticamente inexistentes pelo que o primeiro objectivo pretendido com esta audiência foi o de afirmar que representando a Delegação do Porto alguns milhares de Deficientes Militares e suas famílias, utentes daquele hospital, se tomava necessário e do interesse de ambas as partes, o estabelecimento desse relacionamento Institucional,

A Direcção entregou ao Director daquele Hospital tio decorrer da mesma, um Melhorando com as nossas preocupações quanto à forma morosa como se verifica a adjudicação de Ajudas "Técnicas. quanto à falta" de qualidade em algumas delas, propondo que o H.M.R. Nº 1 adopte os mesmos critérios utilizados pelo Hospital Militar Principal e que seja rigorosamente fiscalizada a qualidade das Ajudas Técnicas fornecidas.

Dado que têm chegado à Delegação reclamações sobre as consultas médicas no H.M.R., Nº 1 no que respeita a prazos de marcação, tempos de espera e forma como são atendidos os Deficientes Militares, foi solicitado que à semelhança do que já existe no H.M. P. seja concedida prioridade aos Grandes Deficientes Militares e a situação seja revista,

No final, a Direcção deixou o convite ao Director para uma visita ao Centro de Reabilitação Profissional de Gaia.

Palestra Sobre Stress de Guerra no Dia da Unidade do HMR nº1 do Porto

A ADFA esteve presente nas Comemorações do "DIA DA UNIDADE" do H.M.R. Nº1 do Porto, que se realizaram no passado dia 22 de Abril, tendo estado representada pela Direcção de Delegação do Porto.

As cerimónias abriram com a realização de uma Missa, seguidas de uma Palestra sobre o distúrbio pós-traumático Stress de Guerra apresentado pelo Director do Serviço de Psiquiatria, Dr. Fausto.

Aquele médico dissertou sobre as causas do aparecimento daquela patologia e fez notar que a Instituição Militar deve estar atenta às consequências advindas e que são altamente incapacitantes para muitos ex-Combatentes. Referiu também que algumas doenças psíquicas do foro congénito foram fortemente agravadas no decorrer de acções de campanha e por isso, os seus portadores, devem ser objecto de atenção e as incapacidades daí resultantes devem igualmente merecer reparação.

A esta Palestra assistiram o Comandante da Região Militar do Norte, o Director dos Serviços de Saúde Militares, o Director de Saúde da Clínica Médica dos três Ramos das Forças Armadas, muitos oficiais Superiores e Pessoal Médico, de Enfermagem e Administrativo do H.M.R. Nº1.

Louva-se esta excelente iniciativa por se tratar de um sinal inequívoco de que finalmente se reconhece a existência de uma doença que incapacita e é motivo de sofrimento para muitos ex-Combatentes.

Reuniões e actividades associativas realizadas em Março e Abril

Reunião de associados em Grijó

Realizou-se no passado dia 30 de Março, pelas 16,00 horas uma reunião em Grijó para os sócios desta freguesia e das de Serzedo, Sermonde, São Félix da Marinha e Seixezelo que contou com a presença de 15 elementos.

A mesma foi organizada pelo Presidente dessa Autarquia local, o associado da ADFA Manuel Rodrigues.

Serviu para informar e debater sobre algumas questões relacionadas com os direitos dos Deficientes Militares, as reivindicações apresentadas ao Governo e as actividades do Centro de Reabilitação Profissional de Gaia.

Por todos foi reconhecida a importância desta primeira reunião.

Reunião na Delegação do Porto

Dado que o primeiro Sábado do mês de Abril foi véspera de Páscoa, a habitual reunião com os associados efectuou-se no dia 30 de Março.

Estiveram presentes cerca de duas dezenas de elementos e foi apresentado um mapa com o resumo do documento apresentado ao Ministério da Defesa Nacional sobre as principais reivindicações da ADFA.

Jantar convívio em Póvoa de Varzim

Coube aos associados do Concelho da Póvoa de Varzim, tarefa que foi magnificamente desempenhada pelos associados José Maria, Celestino Furtado e Serafim Dias e que contou com a colaboração de outros associados do Concelho de Vila do Conde, a organização do Jantar-Convívio destinado aos sócios dos dois Concelhos, o qual como no ano anterior, se realizou na Quinta-Feira Santa, dia 4 de Abril.

Estiveram presentes cerca de 50 associados e familiares, tendo estado presentes os Órgãos Sociais da Delegação do Porto.

O encontro decorreu em ambiente de convívio e franca camaradagem.

Convívio Associativo na Delegação

Efectuou-se na noite do dia 20 de Abril um convívio associativo que contou com a participação de associados e familiares. O convívio constou de Jantar seguido de uma Noite de Fados protagonizados por um elenco de fadistas de nomeada.

Exposição de Pintura

Esteve patente ao público de 19 de Abril a 1 de Maio no Salão da Delegação, uma Exposição de Pintura por alunos da Escola de Arte Pratela.

Tratou-se de uma iniciativa de abertura da ADFA à Cultura.

Comemorações do aniversário do "25 de Abril"

A Delegação do Porto pretendeu sublinhar o papel e a importância que o 25 de Abril desempenhou no movimento associativo dos Deficientes.

Para isso, participou conjuntamente com a Junta de Freguesia de Ramalde, a Delegação Distrital do Porto da Associação Portuguesa de Deficientes, a Delegação do Norte da Associação de Cegos e Amblíopes de Portugal e a Associação Nacional de Deficientes Sinistrados do Trabalho, numa jornada desportiva que foi amplamente participada.

Desde o início da manhã que os Deficientes conviveram e confraternizaram, empenhando-se na prática de diversas modalidades desportivas.

As Comemorações abriram com o hastear de bandeiras das várias Entidades Organizadoras, acto que contou com a presença da Banda de Música de Ramalde e encerraram com a actuação da Tuna Académica da Escola Secundária de Valadares.

Representantes da Delegação participaram em diversos colóquios, nomeadamente no Externato Infante D. Henrique de Ruilhe - Braga, no Teatro Amador de Sandim em Vila Nova de Gaia, na Escola Preparatória de Souzelo - Cinfães do Douro e ainda, na Câmara Municipal de Vieira do Minho.

Actividades nos Meses de Maio e Junho

A Delegação do Porto leva a efeito nos próximos meses de Maio e Junho as actividades e reuniões seguintes:

Reunião de Associados do 1º Sábado de Maio

Dia 4 de Maio, às 15:00 horas no auditório

Reunião de Associados em Vila Real

- Dia 11 de Maio, às 15:00 horas no Salão dos Bombeiros Voluntários de Vila Real.

Aniversário da ADFA

-Dia 14 de Maio participação nas Comemorações a realizar em Lisboa, na Sede Nacional.

Reunião de Associados em Santa Maria da Feira

Dia 18 de Maio, pelas 15:00 horas, no Salão da Junta de Freguesia de Santa Maria da Feira.

Encontro de Associados em Paredes

Dia 19 de Maio, pelas 12:00, no Salão da Junta de Freguesia de Vila Nova de Carros.

Este encontro destina-se aos associados e familiares de Paredes e Paços de Ferreira, podendo também participar os associados residentes noutras localidades.

Reunião de Associados em Chaves

Quarta Feira, dia 22 de Maio, pelas 10:30 horas, no Salão dos Bombeiros Voluntários Flavienses.

Reunião de Associados em Viana do Castelo

Dia 25 de Maio, pelas 15:00 horas, no Salão do Sindicato dos Metalúrgicos.

Reunião de Associados em Arouca

Dia 1 de Junho, pelas 15:00 horas, no Salão dos Bombeiros Voluntários de Arouca.

Reunião do 1º Sábado de Junho

Dia 1 de Junho, pelas 15:00 horas, no Auditório da Delegação do Porto.

Reunião de Associados em Santo Tirso

Dia 15 de Junho, pelas 15:00 horas, no Salão dos Bombeiros Voluntários de Santo Tirso.

CONVÍVIO DE SÃO JOÃO

-Dia 23 de Junho, pelas 20:00 horas nas instalações da Delegação.

NOTA: Nas reuniões de associados serão apresentadas as propostas aprovadas na última Assembleia Geral Nacional, sobre:

- Contas da ADFA;
- Regularização de quotas em atraso;
- Actualização de quotas para 1997;
- Acção reivindicativa;
- Estatuto Jurídico do Centro de Reabilitação de Gaia.

Sorteio de uma bola de futebol autografada pela equipa do Futebol Clube do Porto

Graças à colaboração do associado Alexandrino Azevedo, empenhado e fervoroso adepto do F. C. Porto, vai realizar-se, no dia 6 Julho, pelas 17:00 horas, no Salão da Delegação do Porto o Sorteio de uma Bola de Futebol autografada por todos elementos da equipa do F.C.Porto.

Os fundos deste sorteio revertem a favor das obras da Delegação e os bilhetes encontram-se desde já à disposição dos interessados.

Madeira A ADFA na Imprensa

A propósito da iniciativa da Assembleia Legislativa Regional da Madeira em discutir a proposta de lei à Assembleia da República, apresentada pelo PSN sob o título "Apoio aos Militares Deficientes das Forças Armadas", as edições de 24 e 29 de Fevereiro do "Diário de Notícias" daquela Região Autónoma inseriram referências circunstanciadas que nos apraz registar.

Especialmente a edição do dia 29 publica um longo artigo onde regista declarações do Presidente da MAG daquela Delegação e tece algumas considerações sobre situações de deficientes da Guerra Colonial ainda não resolvidas.

Esta iniciativa legislativa já foi objecto de notícia no jornal "ELO" de Fevereiro passado, tendo motivado a deslocação à Madeira do Presidente da Mesa da Assembleia Geral Nacional e de um membro da Direcção Nacional para, conjuntamente com os dirigentes regionais da ADFA, participarem na reunião da 6ª. Comissão Especializada da Assembleia Legislativa Regional, com vista a prestarem esclarecimentos aos deputados que integram aquela Comissão.

Ponta Delgada Visita ao Núcleo da Ilha de S. Jorge

No dia oito do mês de Fevereiro de mil novecentos e noventa e seis, deslocou-se pôr via aérea à Ilha de S. Jorge o Presidente da Delegação Sr. Jaime Fernando Leite Domingues, a fim de efectuar uma reunião de trabalho com os associados ali residentes.

A reunião teve lugar nas instalações da Escola Preparatória da Calheta e teve início pelas vinte horas. Depois da apresentação de cumprimentos do Presidente da Direcção da Delegação, deu-se início aos trabalhos, falando-se na compra do Edifício onde funciona a Delegação Açores, tendo sido recolhidos alguns elementos com vista a renovações de cartões de identidade de DFA e cartões da ADME. Por último foram tratados vários assuntos de associados presentes.

Alguns dos sócios deram donativos para ajuda da compra do Imóvel da Delegação

A reunião terminou pelas vinte duas horas do mesmo dia.

Na Ilha de S. Jorge, o núcleo funciona com muito interessados encarregados e com participação dos associados.

Jaime Fernando Leite Domingues

Bragança Aniversário da ADFA

A Delegação de Bragança vai comemorar o 22º aniversário da ADFA promovendo a realização de um almoço-convívio entre os seus sócios e familiares, aberto a todos os sócios da ADFA, mesmo aos de fora da sua área de jurisdição.

O almoço terá lugar na Vila de Vinhais, dia 16/6/96 (domingo).

No próximo "Elo" indicaremos o local da concentração.

A Direcção

22º Aniversário da ADFA Excursões à Sede

Évora

Alcobaça

Para as comemorações do 22º aniversário da ADFA, a realizar no dia 18 de Maio, encontram-se já programadas excursões de associados da Delegação de Évora e do Núcleo de Alcobaça.

Os sócios daquelas áreas já foram contactados pessoalmente, no entanto avisam-se os da área de Alcobaça, e que se encontrem previamente inscritos, que o local de concentração será junto à Câmara Municipal, pelas 8:00 horas da manhã daquele dia.

Programa:

10:00 - Concentração no bar da sede

10:30 - Recepção aos associados, feita pelos Órgãos Sociais Nacionais

11:00 - Visita às instalações da sede

12:30 - Almoço convívio

14:30 - Actividades culturais e recreativas

Vem! Esperamos por ti!

Viseu Novas Instalações da ADFA

De facto é assim: aos poucos cumpre-se Portugal! Quando há vontade, os homens querem, a solidariedade existe e a obra nasce. Foi com este assumir, com este elo de ligação, de querer estar na sociedade em toda a sua plenitude que esta Delegação da (ADFA) Associação dos Deficientes das Forças Armadas de Viseu, congregou à sua volta num espírito de colaboração, Entidades do Governo, Cívicas e Militares, Direcção Nacional, Delegações da ADFA e Exm^{os} Associados. Todos em uníssono contribuíram para a nossa nova Casa adaptada sem barreiras arquitectónicas a obstruir a entrada aos Deficientes Militares e em geral, criando acessibilidade e mobilidade da Pessoa Deficiente, facultando humana e dignamente a sua reabilitação e integração na sociedade.

Foi imbuídos neste espírito, que conseguimos a nossa Casa, que deixou de ser num quarto andar dos Bombeiros Voluntários, na Rua José Branquinho, local impróprio para a Associação que somos, onde muitas vezes tínhamos que atender os Grandes Deficientes de Guerra no meio da rua, ao sol, à chuva, pelas barreiras intransponíveis, existentes no local a que esta Direcção resolveu pôr cobro, através de um projecto envolvente para que as acções desenvolvidas pela ADFA que têm pôr objectivo a defesa e promoção dos interesses sociais, económicos, culturais, morais e profissionais dos seus associados, criando as condições necessárias da qualidade de vida em adequação a todas as fases etárias, promovendo e fomentando actividades de ordem educacional, cultural, profissional, fomentar e desenvolver nos meios de comunicação social, sensibilização da sociedade em geral, para a realidade das pessoas com deficiência no quadro do exercício da plena cidadania.

Hoje afirmamos que parte da reabilitação dos Deficientes das Forças Armadas é uma realidade em Viseu. Finalmente, depois de 21 anos de ADFA nesta bonita região, todos os Deficientes Militares de Guerra sem excepção podem deslocar-se à sua Delegação tratar dos seus problemas, fazer parte dos Órgãos desta Casa e participar nas actividades a desenvolver na defesa dos seus direitos, no prestígio e no engrandecimento das Forças Armadas de onde somos oriundos.

A nossa nova casa fica no Empreendimento das Magnólias-Lote 4-R/C Q Praceta da Associação dos Deficientes das Forças Armadas, (Rua César Anjo) 3510 Viseu, que vamos inaugurar no dia 4 de Maio, para o que convidamos a imprensa, população em geral, os associados e famílias a participarem nos actos solenes que terão lugar neste memorável dia, para a vida da ADFA Delegação de Viseu, que muito nos orgulha e dignifica.

Com trabalho e muito querer estão criadas as condições para que o associativismo seja uma realidade em Viseu, a personalização dos serviços cada vez mais eficiente a prestar aos associados e Deficientes em geral, no apoio de artigos ligados à área da deficiência para o que contamos com a colaboração da comunicação social que convidamos a estar com a ADFA

João Manuel Santos Gonçalves

Inauguração das novas instalações



PROGRAMA

03/05/96

16:00 horas - Escritura de aquisição

21:00 horas - Conferência no Instituto Piaget sobre a temática: A Guerra Colonial, Stress Pós-Traumático, Barreiras Arquitectónicas, integração social, próteses, funções da ADFA e intervenção na sociedade.

04/05/96

10:00 horas - Encontro na Sede da ADFA, Delegação de Viseu

10:30 horas - Inauguração das instalações por Sua Ex^a o Governador Civil de Viseu

10:50 horas - Inauguração da Praceta da Associação dos Deficientes das Forças Armadas por Sua Ex^a o Presidente da Câmara Municipal de Viseu

11:30 horas - Missa de sufrágio em homenagem aos Deficientes das Forças Armadas e Militares falecidos

12:15 horas - Deposição de coroa e ramo de flores em homenagem aos mortos que tombaram ao serviço da Pátria

13:00 Horas - Almoço-convívio confeccionado e servido no Quartel do Regimento de Infantaria 14

14:30 Horas - Abertura e visita à exposição alusiva ao tema Guerra Colonial/Guerra de África, no antigo Mercado Municipal na Rua Formosa em Viseu.



Famalicão

22º Aniversário da Delegação

Domingo 19 de Maio de 1996

No próximo dia 19 de Maio, fazemos 22 anos de idade.

É uma idade bonita um pouco mais que a nossa maioridade, embora essa, já a tivéssemos assumido há muito, face aos nossos associados e ao público em geral.

Vamos por isso, dar continuidade á nossa política associativa levada a cabo de há uns anos a esta parte, embora saibamos que a mesma não agrada a todos, em que consideramos este evento, este dia como o principal e mais importante da nossa Delegação, dia do nosso nascimento, organizando, mais uma vez com muito gosto e prazer o nosso 22º almoço convívio de aniversário.

O dia será, como já dissemos, domingo 19 de Maio, sendo o almoço em Pelhe, Vila Nova de Famalicão, no mesmo local do ano passado.

Na nossa sede, na Rua Adriano Pinto Basto, 96, nesta cidade, juntar-nos-emos a partir das 10 horas, onde daremos início ao nosso convívio, tomando em conjunto um aperitivo.

Às 11:30 horas, será celebrada missa na Igreja Matriz velha, por alma de todos os associados ex-combatentes do Ultramar e familiares falecidos.

Às 13:00 horas, daremos início ao almoço cuja ementa será a seguinte:

Pão, Sopa, Salada, Entrada, Bacalhau, Lombo de Porco Assado, Vinho, Água, Sumos, Fruta, Doce, Café e Bagaço.

Como é já um hábito, os costumes são para se manter, a Delegação vai suportar parte do custo unitário do almoço oferecendo o tradicional bolo de aniversário, o champanhe e o Whisky (um golinho).

O preço será de 3.200\$00 por pessoa, pagando 1.500\$00 as crianças até 10 anos.

Queremos juntar o maior número possível de associados, seus familiares e amigos, para todos em conjunto fortalecermos ainda mais os laços de amizade e associativismo que nos une à nossa Delegação em particular, e à ADFA em geral, cantando no final os "Parabéns a Você", por mais um ano de vida.

Portanto não esqueças 19 de Maio de 1996, domingo, em Vila Nova de Famalicão às 10:00 horas, 22º Almoço de Aniversário e convívio de toda a família desta tua Delegação.

Inscreve-te! Traz a família! Passa a palavra!

Stress de Guerra

Para análise do trabalho desenvolvido, desde o início do ano, na área do acompanhamento e tratamento do Stress de Guerra, a DN reuniu, no dia 27 de Março, com a equipa que, na ADFA, tem a seu cargo o respectivo despiste e seguimento clínico.

Do encontro, ficou saliente, por parte do novo psiquiatra, Dr. José Tropa, e da psicóloga, Dr^a Teresa Infante, que aumentou com assinalável interesse a procura de apoio naquele serviço, quer por associados, quer por não associados, afectados por esta sequela.

Em termos futuros, foi a equipa incentivada a prosseguir o trabalho positivo que se encontra a desenvolver, apelando-se à sua colaboração com a DN na realização de um fórum que a ADFA pretende levar a efeito no próximo mês de Junho, o qual sentará à mesma mesa, a debater este grave problema com que a guerra colonial afectou muitos dos que nela combateram, especialistas da matéria e a comunicação social.

Pretende-se que este fórum sirva de preparação e de criação de condições para que a nossa associação realize, até ao final do corrente ano, um seminário sobre a matéria, a partir de um maior número de dados colhidos e com a envolvimento de todas as partes nela interessadas.

Stress pós-traumático debatido na Escola Secundária de Mangualde

A ADFA foi solicitada para, no dia 11 de Abril, apresentar uma palestra sobre a guerra colonial e os ex-combatentes afectados pelo stress de guerra aos alunos da Escola Secundária de Mangualde.

O convite efectuado pelo conselho directivo daquela escola, por intervenção da nossa Delegação de Viseu, foi satisfeito por parte do elemento da DN, Catarino Salgado, que abordou o plano descritivo dos objectivos da ADFA, dos problemas legislativos que se encontram por resolver, em especial os daqueles que ainda não têm qualquer pensão, e a psicóloga, Dr^a Tereza Infante que incidiu a sua intervenção sobre toda a problemática do distúrbio post-traumático do stress de guerra; também interveio, na ocasião, o Presidente da Direcção daquela Delegação, João Gonçalves.

Depois das intervenções, houve uma parte de perguntas e respostas, efectuadas pelos cerca de 150 alunos presentes, para além de elementos do Conselho Directivo e professores daquela escola, tendo, no final, o elemento da DN prestado declarações sobre a matéria em debate, à Rádio Voz de Mangualde.

Parece-nos não haver notícia melhor do evento que aquela que nos chegou dos alunos que o promoveram e cujo texto, com a devida vénia, transcrevemos na íntegra:

Vimos por este meio pedir a vossa Excelência, se seria possível publicar na próxima edição do jornal a seguinte notícia:

Um grupo de alunos da Escola Secundária de Mangualde da turma D do 10º ano desenvolveu no passado dia 11 uma acção subordinada ao tema: « Stress pós-traumático ».

Para tratar deste tema vieram de Lisboa duas pessoas especializadas na matéria, o Comandante Catarino Salgado que nos falou da guerra nas colónias, dos perigos que esta guerra representou e de todas as dificuldades pré e pós a guerra. A doutora Teresa Infante, psicóloga e cooperadora no trabalho a desenvolver com os doentes, vítimas de desordem pós-traumática de stress (DPTS), deu-nos a conhecer a doença, falou-nos de algumas experiências que estes doentes tiveram e das quais muitos sentem dificuldade de falar. O Senhor João Gonçalves, Presidente da Delegação da Associação dos Deficientes das Forças Armadas (ADFA) em Viseu, também presente, veio clarificar de um modo geral os problemas que os jovens, que foram para o Ultramar, encontraram ao integrarem-se na chamada guerra colonial. Mas lembrou também que a guerra não acabou, a guerra continua, e como prova disso temos bem presente esta doença, que é o stress pós-traumático, da qual irei falar a seguir.

Sendo a guerra a principal fonte do Stress Traumático para a humanidade, discutem-se e analisam-se os papéis desempenhados pela classe médica, em especial a militar, na elaboração do nosso conceito de Desordem pós-traumática de stress (DPTS). Mas também responsável pela pouca sensibilidade que consta em relação a estes doentes.

Faz-se ainda uma breve historial das consultas existentes e

analisa-se em maior detalhe a situação noutros países da Europa. Pode-se afirmar que as necessidades dos ex-combatentes na Europa não foram satisfeitas, em contraste com o que se tem vindo a passar nesta área, nos EUA desde fins da década de 70.

O manto de silêncio que foi tecido sobre a memória da Guerra Colonial, não foi levantado. Por vezes alguém grita «A Guerra existiu, vejam!». Mas o silêncio é pesado e o manto abate-se escondendo nas suas dobras também esse grito.

A guerra colonial existiu, o colonialismo português existiu. A vergonha, a culpa, o medo do remorso, não se resolvem no silêncio.

A guerra provoca situações traumatizantes geradoras de perturbações psíquicas, que podem manifestar-se mais cedo ou mais tarde.

A falta de condições sociais favoráveis à reintegração dos militares, leva à interiorização e recalçamento dos traumas, potenciando o aparecimento posterior de situações de «stress».

Os militares atingidos na sua integridade física sofreram um abalo duplo, pela tensão da guerra e pelo choque do acidente. O «stress» de guerra nestes, condições mais propícias de manifestação, se considerarmos ainda o choque provado pela rejeição social como deficientes.

É assim que a guerra continua para todos os outros, vítimas de distúrbios pós-traumáticos de stress de guerra.

A doença foi identificada no século passado, chamavam-lhe então Coração Evitável, mais tarde, Neurose de Guerra.

Depois da guerra no Vietname a doença foi reconhecida pela Organização Mundial de Saúde. Mas nas instituições portuguesas continuam a ignorá-la.

A equipa do psiquiatra Afonso de Albuquerque que trata actualmente no Hospital Júlio de Matos, 200 casos clínicos de stressados de guerra, calcula que o número de portugueses atingidos por perturbações psicológicas crónicas, devido às guerras coloniais, possa atingir cerca de 140 mil casos de maior ou menor gravidade.

Estes doentes, preparam-se para um novo dia em que, como esperança pensam poder sentir uma onda mágica, um pouco de vento nos seus rostos envelhecidos e enrugados, apesar dos seus 40 e poucos ou poucos mais de 50 anos, muitos reformados com pensões de invalidez e miséria.

A possível cura, se assim se pode chamar, para estes doentes, é o diálogo, a compreensão e a abertura da suas vivências para a sociedade. Estes doentes precisam exclusivamente e só de um pouco de compreensão da nossa parte. Um pequeno espaço onde possam falar e esfarrapados se encontram moral e interiormente. Há alturas em que se sentem cansados de falar da sua doença. Por vezes sentem necessidade de o fazer, mas o medo e a incompreensão dos outros impede-os.

Estes homens podem só um pouco de compreensão, à qual eu penso que têm direito.

Há no entanto um grupo de pessoas que se interessa e tenta ajudar estes homens, que quais eu desde já agradeço. Falo da ADFA, que muito tem feito ao longo de 22 anos.

É preciso fazer algo!

Sem outro assunto de momento, agradecemos.

Mangualde, Abril de 1996.

Ana Gonçalves

“APOIAR”

Nova publicação editada pela Associação de Apoio aos ex-combatentes vítimas de Stress de Guerra

Já saíram os números 0 e 1 do Boletim “APOIAR”, órgão da Associação mais conhecida por este nome e que se propõe “dar voz aos traumatizados da guerra colonial”.

Saudamos mais este “companheiro de luta” e não resistimos sem transcrever, com a devida vénia, o texto publicado a abrir o seu nº. 0, que é um excerto da obra sobre a 1ª Grande Guerra, “Nada de Novo na Frente Ocidental” de Erich Maria Remarque, o qual caracteriza a sorte a que, de uma maneira geral e em todas as guerras, são votados os ex-combatentes, depois de alcançada a paz:

“... Agora, quando regressarmos à nossa terra, estaremos cansados, quebrados, exaustos, sem raízes e sem esperanças. Jamais conseguiremos encontrar o nosso caminho... Seremos supérfluos, até para nós próprios, iremos envelhecer, um pequeno número conseguirá adaptar-se, alguns irão apenas submeter-se e a maioria ficará desorientada; os anos irão passando e no fim acabaremos em ruína”.

No Fundão abriu-se uma janela sobre a guerra colonial

O Dr. Baptista, elemento do Conselho Directivo da Escola Secundária do Fundão e em nome deste, convidou a nossa associação para apresentação de duas palestras, naquela cidade beirã, no dia 19 de Abril.

Em representação da ADFA o elemento da DN, Catarino Salgado, deslocou-se para efectuar as intervenções no auditório daquela escola, onde o indicado professor, com elementos documentais fornecidos pelos nossos serviços, tinha idealizado uma interessante exposição alusiva à guerra colonial e à sua temática, organizada pelos alunos e inaugurada no próprio dia.

A exposição evidenciava toda a problemática ligada à situação global que se vivia no nosso país, na altura, e o consequente aparecimento do conflito armado em África, até ao 25 de Abril e os aspectos libertadores surgidos com o seu aparecimento.

A primeira palestra destinou-se a cerca de 250 alunos e foi subordinada ao tema “guerra colonial e as suas sequelas” designadamente o stress post traumático. O auditório esteve muito atento e fez muitas e interessadas perguntas.

À noite, nova palestra destinada à população em geral, que encheu de novo a mesma sala. O auditório integrava educadores, pais de alunos, ex-militares, alguns associados da ADFA e houve intervenção sobre o mesmo tema com outra forma de apresentação já que não se destinava, especificamente a adolescentes.

No final houve uma troca de impressões muito viva e interessada tendo os presentes demonstrado o profundo agrado como viram e sentiram a abordagem de tão silenciada problemática

Palestra na Escola Básica do Feijó

A Guerra Colonial e as suas vítimas depois do 25 de Abril

Na Escola Básica do 2º e 3º Ciclos do Feijó, no dia 23 de Abril, pelas 11H30, a convite do Conselho Directivo da mesma, Armindo Roque, do Conselho Fiscal Nacional, em representação da ADFA, realizou uma palestra subordinada ao tema “A Guerra Colonial e a forma como as suas vítimas se organizaram na ADFA depois do 25 de Abril”.

À palestra assistiram cerca de 120 alunos e professores do 9º ano, os jovens tinham idades entre os 13 e os 15 anos.

A palestra foi efectuada com recurso a imagens de vídeo que testemunhavam, com maior impacto, a oratória, o que se mostrou de grande importância para a transmissão da mensagem junto de uma população tão jovem.

Armindo Roque, começou por referenciar o facto de os manuais de história do 9º ano apenas dedicarem 2 páginas a Guerra Colonial, e que isso é uma pena da forma como em Portugal se pretende que ela seja esquecida, sobretudo, porque, de facto, ela ainda não acabou, na medida em que as suas vítimas ainda estão vivas e continuam diariamente a sofrer as suas consequências.

Analisou depois forma como depois da 2ª Guerra Mundial se processou um amplo movimento pela independência dos países colonizados e da forma como as grandes potências actuaram. Contrariamente, Portugal, a potência colonial mais débil, manteve-se num atitude “orgulhosamente só” e sustentou uma guerra perfeitamente inútil e injusta durante 13 anos.

A palestra terminou com uma explanação sobre as consequências da guerra, que são muito graves; que existem casos de grande injustiça por resolver passados 22 anos, mas que a ADFA, apesar de tudo, continua em fase expansiva.

Seguiu-se depois um debate muito participado onde o palestrante foi confrontado com inúmeras perguntas sobre a guerra colonial, o que veio demonstrar que a nossa juventude, desde que devidamente estimulada, tem um enorme interesse pela nossa história, sobretudo a mais recente. Infelizmente, esta matéria fica para o fim dos manuais e, muitas vezes, mesmo as tais duas páginas acabam por não serem leccionadas.

É de referir que nesta escola alunos deficientes, alguns deles com deficiências profundas, que estão a ser integrados de uma forma que nos parece exemplar.

Assembleia Geral Nacional Ordinária

A Assembleia Geral Nacional Ordinária, tal como fora convocada, reuniu nas instalações do Lar Militar, em Lisboa, na tarde do dia 13 de Abril, para analisar, debater e votar os assuntos estatutariamente definidos e matérias do maior interesse associativo.

A reunião, viva e numerosamente participada, conforme salientaram alguns oradores, iniciou-se com a leitura da convocatória para os 178 associados efectivos presentes, aos quais se tinham juntado, como observadores e por salutar decisão da MAGN, 18 sócios pendentes de origem africana, os quais, no entanto, não tiveram capacidade de intervenção quer no debate quer na votação. Entrou-se, de seguida, na ordem de trabalhos.



RATIFICAÇÃO DE NOMEAÇÕES

A MAGN, ao introduzir o assunto, lamentou a impossibilidade do associado Soles Girão para o exercício de cargo de 2º secretário da DN, para que fora eleito, o que originou algumas alterações na composição da MAGN e na DN, no momento sujeitas a ratificação. Após intervenção da Assembleia que evidenciou gorar-se, assim, as expectativas do todo nacional pela presença na DN de um associado de fora de Lisboa, como era o caso, o plenário ratificou as nomeações efectuadas pela MAGN e DN.

PARECER DO CNS SOBRE A EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA ADFA DE 1995 E RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DO CONSELHO NACIONAL, EM 1995

Postos ambos os documentos à apreciação conjunta, e sem intervenções de maior relevância, foram ambos aprovados.

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E CONTAS DA DN RESPECTIVO PARECER DO CFN

Este ponto foi apresentado pela DN, tendo o respectivo presidente falado sobre o Relatório de Actividades e o tesoureiro sobre as Contas.

Lavouras Lopes realçou, na sua intervenção, que a Assembleia estava a ser mais uma demonstração da viva revitalização da ADFA, num processo dinâmico que desembocou na revisão estatutária e em toda a envolvimento que levou ao surgimento das listas para os Órgãos Nacionais e Regionais, eleitos já à luz das novas disposições dos Estatutos; a ADFA abriu-se às actividades no exterior, afirmando-se, perante a opinião pública, através da Comunicação Social:

“... está aqui uma Associação para levar a sério, não uma Associação de velhos ultrapassados ou mendigos, mas de cidadãos que sabem defender os seus interesses”, afirmou o Presidente da DN a determinado passo da sua intervenção.

Para além da intervenção junto da Comunicação Social, nas suas diversas vertentes, o envolvimento social que nos torne mais conhecidos e nos permita reivindicar os nossos direitos levou a uma ofensiva junto das mais diversificadas

dos direitos dos deficientes de guerra de todo o mundo foi levado às Nações Unidas por intervenção da ADFA, as actividades de cooperação com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e suas associações de deficientes militares, as audiências nas Secretarias de Estado da Defesa Nacional, da Cooperação e Negócios Estrangeiros e da Inserção Social, que promoveram o desbloqueamento de diversas matérias e questões, a visita do Presidente da República à Sede Nacional, em 13 de

necessidades dos sócios, em termos de uma maior utilidade e sempre ao encontro das suas carências.

O presidente da DN terminaria a sua intervenção afirmando que estamos num momento de esperança e confiança em nós próprios; a Direcção Nacional apresentara, à apreciação da Assembleia, um relatório claro e sincero que se orgulha dos nossos êxitos e não se envergonha de mostrar as nossas fraquezas.

O tesoureiro salientou, das contas, que a sua

Contudo, algumas dessas verbas foram ultrapassadas e tiveram que ser suportadas pelo orçamento associativo.

Sarmento Coelho adiantaria que as diferenças encontradas numa conta bancária e no saldo dos valores de caixa correspondem, segundo se apurou, a erros técnico-contabilísticos, pelo que se procedeu à regularização das respectivas contas. Por outro lado, e embora não estivesse orçamentada, optou-se, numa perspectiva de investimento e de manutenção do valor do património, pela introdução na contabilidade da amortização do edifício sede, o que alterou, consideravelmente, o resultado do exercício.

O presidente do CFN fez, seguidamente, a apresentação do respectivo parecer sobre o relatório de actividades e contas da DN, cujo documento se encontra publicado em local próprio.

Seguiu-se a apreciação, por parte da Assembleia, da qual se destacam intervenções de todos os elementos presentes da DC anterior, a qual cessou o seu mandato em 1 de Julho de 1995. Salientaram o bom trabalho que os actuais órgãos desenvolveram no sentido da renovação da vida associativa, da implementação da imagem da ADFA no exterior e na reorganização dos serviços. Foi adiantado que tal se tornou possível, graças ao espírito de abertura e ao ambiente de mudança criados pelos órgãos anteriores, e que também eles se sacrificaram e deram o melhor de si ao serviço da ADFA. A abertura que se vive na ADFA é reflexo das novas realidades, da existência dum Direcção Nacional alargada e de um Conselho Nacional participativo, que emanam da revisão estatutária que se iniciou em meados de 1994. Ficou claro o assumir de

responsabilidades pela DC anterior, relativamente ao exercício do seu mandato, esperando a desejada clarificação que a auditoria, proposta pelo CFN, seguramente trará.

Houve intervenções de vários associados das quais se destaca uma, convertida em proposta, que preconizava alteração de um parágrafo do relatório de actividades da DN, energicamente contestada por esta, e que foi votada desfavoravelmente pelo plenário.

Fazendo o parecer do CFN uma recomendação para que se efectue uma auditoria às contas da ADFA, esta foi corroborada por uma proposta de dois associados que mereceu a aprovação da Assembleia.

Findo o debate, os três documentos foram postos à votação tendo sido aprovados por maioria absoluta como está regulamentado estatutariamente.

RECUPERAÇÃO DE QUOTAS EM ATRASO

A DN deu conhecimento de uma proposta que, embora tendente à execução do rigor estatutário, preconizava, numa base de tolerância e solidariedade, uma solução associativa e não administrativa, levando à Assembleia Geral o assumir do problema. O mesmo deverá ter uma solução a implementar pelas direcções nacional e de delegação, que traga, de novo, os sócios em situação irregular à participação plena. Esta campanha decorrerá durante o corrente ano, devendo a próxima Assembleia Geral Ordinária, a realizar daqui a um ano, avaliar os resultados, podendo, nessa altura, ordenar a execução cabal das disposições estatutárias sobre a perda da qualidade de sócio, relativamente aos associados que, então, ainda

(continua na pág. 8)



A Mesa da Assembleia Geral

entidades públicas, civis e militares.

Na primeira destas frentes de campanha, realçam-se, para além das intervenções na imprensa e na rádio, as reportagens televisivas: uma das conferências de imprensa da ADFA foi coberta pelos três canais de TV e esta Assembleia Geral estava a ser objecto de cobertura televisiva com entrevista a dirigentes associativos, o que se verificava pela primeira vez na história da Associação.

No sentido da divulgação externa da imagem e objectivos da ADFA muito se fez noutras frentes, designadamente: a participação na FMAC, cujo Plano Director para a defesa

Fevereiro, e a condecoração da ADFA. Nesta mesma linha, o Presidente da DN anunciou que a 18 de Abril a DN seria recebida pelo Ministro da Defesa e que, em sequência da audiência concedida um mês após a sua posse, o novo Presidente da República visitará, proximamente, a nossa sede nacional.

No entanto, e a nível interno, se a revitalização e participação associativas tiveram um apreciável incremento, ele não foi acompanhado até ao final de 1995, pela necessária e desejada reestruturação dos serviços da ADFA e por uma ampliação da prestação de serviços adequada às

apresentação era efectuada nos mesmos moldes dos anos anteriores, e que, conforme já fora dito no Conselho Nacional, em relação ao orçamento de 1995, houve um aumento, quer de receitas, quer de despesas tendo subido, também e significativamente, o nível de pagamento de quotas; quanto às contas da formação profissional, as mesmas não eram apresentadas com o mesmo desenvolvimento das da Sede e tipografia por corresponderem a um orçamento fechado, gerido nessa base e com verbas previamente fixadas, das quais se prestaram contas ao IEFP.

Assembleia Geral Nacional Ordinária

se mantenham em situação irregular.

Um grupo de sócios contrapôs uma proposta, de cariz mais rígido, que, com menos flexibilidade, daria aos executivos nacional e regionais capacidade de, até final de Setembro, tomarem decisões sobre a perda da qualidade de associado.

serviço e a situação dos sem pensão, tendo chegado a pensar-se que esta diferenciação era definitiva, e que, se fosse alterada, o seria para pior! Era o que evidenciava o documento da Caixa Geral de Aposentações: "20 anos depois da guerra não se justificaria um tratamento especial para os DFA".

que seja possível a extensão, também a eles, de tal direito. A Lei do Serviço Militar reconhece que o mesmo envolve riscos; portanto, é necessária legislação especial para os que, em qualquer circunstância, se deficientem no seu cumprimento.

Foram apresentadas ao Ministério da Defesa

designadamente na guerra colonial; tal como sobre a situação insustentável das famílias dos DFA, com incapacidades inferiores a 60%, cuja causa da morte não tem relação com a deficiência.

Foi aprovado um requerimento que pedia o termo das intervenções e se passasse à votação de uma proposta sobre esta matéria, apresentada pelo presidente da MAGN, que foi aprovada e se reproduz em espaço conveniente destas páginas.

ESTATUTO JURÍDICO DO CRPG

A DN apresentou uma proposta sua, que reputou de muito clara, para resolver, definitivamente, a actual situação de precaridade jurídica do CRPG e que urge definir e clarificar.

Tudo se iniciou com a criação da oficina de próteses da delegação do Porto, uma referência para os deficientes militares e os deficientes em geral, do norte, que se desenvolveu e, correspondendo às necessidades e procura, se transformou numa grande estrutura de reabilitação, em Arcozelo, Vila Nova de Gaia.

Para a sua gestão e filosofia de orientação foi celebrado um protocolo entre a ADFA, a CERCIG-IA e o IEFPP, que responsabiliza as três entidades nele envolvidas. É, portanto, imperioso dar-lhe personalidade jurídica para que, embora com o acompanhamento das três instituições, funcione com perfeita autonomia.

Pretendia-se, assim, que a Assembleia, conforme estatutariamente lhe compete, autorize a DN a criar uma associação com a CERCIG-IA, para que o respectivo estatuto de personalidade jurídica possa ser incrementado. Fica claro que o IEFPP suporta financeiramente o Centro que responderá por si e pelos actos de gestão nele praticados.

O estatuto definitivo a criar deverá garantir que, em articulação com os Órgãos da delegação do Porto, os direitos dos deficientes militares fiquem salvaguardados.

O plenário terminaria, sem intervenções da Assembleia sobre este ponto, com a aprovação da proposta em apreço, que está transcrita noutra parte deste jornal.

Parecer do Conselho Fiscal Nacional

PREÂMBULO

De acordo com o preceituado na alínea c), do Art.º 46, dos Estatutos da ADFA, vem o Conselho Fiscal Nacional (CFN) apresentar o seu parecer sobre o Relatório de Actividades e Contas da Direcção Nacional, respeitante ao exercício de 1995, à Assembleia Geral Nacional Ordinária, a acorrer nas instalações do "Lar Militar" da CVP, em 13 de Abril de 1996.

O CFN, eleito em 16 de Junho de 1995, após a tomada de posse, a 01 de Julho desse ano, inteirou-se da situação de algum marasmo associativo em que a associação se encontrava; bem como, no que concerne à organização e funcionamento dos serviços, nomeadamente, na área de gestão.

Atendendo aos problemas existentes e feito o diagnóstico possível da situação, estabeleceu-se, prioritariamente, uma linha de actuação baseada na prevenção, por forma a não se vir a confrontar no futuro com situações de "factos consumados". Isto, com maior incidência na área administrativa e financeira, especialmente na Formação Profissional, considerando que é o serviço com maiores anomalias.

Sem descurar situações anteriores à tomada de posse, a nossa actuação reportou-se, essencialmente, ao 2º semestre de 1995; pautando-se por um acompanhamento constante das actividades levadas a efeito pela DN - para o que contribuiu o espírito de abertura e transparência por parte daquela, tendo assistido à maioria das suas reuniões, um elemento do CFN - permitindo estar informado e participar a todo o momento na vida associativa. Foi também nossa preocupação levar em linha de conta que neste ano se processou a passagem de testemunho da anterior Direcção Central para a actual Direcção Nacional; pelo que, tolerou e considerou razoáveis algumas incongruências ocorridas.

Fomos confrontados com situações associativas anómalas em duas delegações: Ponta Delgada, onde não tinha decorrido o acto eleitoral; e em Évora, onde não foram apresentadas listas para o Conselho de Delegação. No cumprimento dos

preceitos estatutários, e em colaboração com a MAGN e DN, estas situações foram, posteriormente, regularizadas através de actos eleitorais, precedidos de diálogo com os Órgãos Locais em exercício.

Também foram produzidos "Pareceres", quer estatutários, quer solicitados pelos outros Órgãos Nacionais, nomeadamente, sobre demissões e nomeações de elementos daqueles Órgãos, submetidos a ratificação a esta AGNO.

Atendendo ao tempo de mandato, à disponibilidade temporal dos elementos do CFN, e, ainda, à capacidade de resposta dos serviços, não se poderia ir muito mais além. Lapso este compensado pelo Relatório bastante exaustivo da DN, sendo o nosso "Parecer" sintético, realçando-se, apenas, os aspectos mais relevantes da vida da ADFA.

I ACTIVIDADES

1 - Internas

1.1. - Associativas

Numa perspectiva de viragem e relançamento da vida associativa, realçamos a nova filosofia de realizar reuniões mensais com os sócios, na Sede, e com alguma periodicidade nas delegações e, ainda, o facto das mesmas terem tido uma adesão muito elevada; bem como, a preocupação dominante de integrar, associativamente, todos os grupos de deficientes militares, alguns, até então, arredados da ADFA; concretamente o grupo dos chamados "Capitães-Coronéis".

As comemorações do 21º Aniversário da "Luta dos Deficientes Militares", de 20 Setembro de 1975, constituiu um acontecimento relevante na vida da ADFA, com a assumpção plena e consciente da sua própria história, assumindo-a com orgulho e sem preconceitos.

Os associados de origem africana, tiveram um tratamento de acordo com a gravidade dos seus problemas, de que se realça a visita do Senhor Marechal Spínola, à Sede da ADFA, onde tomou conhecimento directo desta realidade.



A Direcção Nacional quando esclarecia as contas

Debatidas as duas propostas, a apresentada pelo grupo de sócios foi preterida pela da DN que foi aprovada e, por isso, se encontra divulgada em local devido.

VALOR DAS QUOTAS PARA O ANO DE 1997

A proposta, levada à Assembleia pela DN, apontava para o valor de 550\$00 mensais para a quota a pagar, no próximo ano, o que corresponde a 4,7% de aumento em relação ao montante actual, em nível próximo da inflação prevista para o ano corrente. Um grupo de sócios propôs a incidência de uma base percentual sobre as pensões dos associados, de harmonia com o estatuto legislativo que os abrange. A Assembleia reprovou a admissão à Mesa desta proposta, pelo que não foi objecto de debate.

Depois de discutida, a proposta da DN foi aprovada.

ESTRATÉGIA LEGISLATIVA

Em matéria legislativa, diria o presidente da DN que introduziu o tema: "Nós temos graves problemas, para os quais necessitamos de uma estratégia muito clara, para que o legislador altere o quadro existente". Foi caracterizada a diferenciação entre o estatuto dos DFA, o dos grandes deficientes das Forças Armadas, o dos em

Nos contactos mantidos pela DN, com entidades governamentais e militares, era evidente que as propostas legislativas da ADFA estavam encalhadas; a Associação, assim, e em face da abertura manifestada, apresentou, em 11 de Janeiro último, ao Secretário de Estado da Defesa Nacional uma solução global para toda a situação dos deficientes militares.

Foi divulgado que, na véspera, tinha sido publicado o acórdão do Tribunal Constitucional que considera inconstitucional o impedimento de opção, pelo serviço activo, aos que o não fizeram ao abrigo do Dec.-Lei nº 210/73, reportando, no entanto, como constitucionais as graduações. Lavouras congratulou-se com o facto de o grupo de militares que conduziu este processo, e a quem se deve o mérito da solução encontrada, o ter feito, na fase final, na nossa Casa, aliás, conforme acontece com outros grupos específicos de associados.

Foi comunicado que, mercê das diligências junto da Secretaria de Estado da Inserção Social, foi publicado o despacho que permite, somente aos DFA, acumular com a pensão o subsídio de desemprego, uma razão mais para, rapidamente, se insistir em retirar do Estatuto da Aposentação Pública os deficientes do serviço, para

Nacional, todas aquelas preocupações, tal como a situação dos militares destacados para a Bósnia e o estado de degradação em que se encontra o Lar Militar, onde a assembleia se estava a realizar, e, tendo a DN utilizado a força da comunicação social para sensibilizar a opinião pública e, assim, forçar os políticos a tomar decisões rápidas e positivas.

Para a obtenção destas metas, a ADFA exigiu acriação no Ministério da Defesa de uma estrutura, na qual, em conjunto com representantes dos ramos das Forças Armadas, se equacionem os problemas dos deficientes militares, o que recebeu acolhimento favorável.

Existe a noção exacta de que as negociações vão ser duras e difíceis, mas, com serenidade e firmeza, a DN vai encarar as aberturas que parecem vislumbrar-se.

A matéria da reivindicação legislativa é muito séria e carece de decisões objectivas, e para que os órgãos associativos competentes tenham orientações decisivas, a assembleia é soberana e deverá pronunciar-se sobre uma proposta referenciadora.

Pronunciaram-se diversos associados, indicando ser útil o aproveitamento da presença dos militares portugueses na Bósnia para incentivar a reivindicação e a aplicação dos seus direitos aos que se deficientaram anteriormente,

Apesar de a guerra ter terminado há mais de 20 anos constatou-se, com agrado, que continuam a inscrever-se novos associados, que ultrapassou uma centena, só no último semestre de 1995, o que é sintoma claro de que os deficientes militares vêem a ADFA como a organização que legitimamente os representa.

1.2. - Serviços

1.2.1. Recursos humanos

Constatámos que se tem efectuado uma correcta política de recursos humanos tendente a uma moralização e racionalização dos meios disponíveis, com reflexos não só na qualidade dos serviços prestados, como no controle e diminuição dos custos.

Referenciamos a implementação dos normativos legais, nomeadamente, no que concerne à Medicina no Trabalho”.

1.2.2. - Jornal “ELO”

A Reestruturação do “ELO” implicou uma melhoria da sua qualidade devido à criação de um “Conselho Redactorial” e a nomeação de um novo Director. Verificou-se também um abaixamento significativo dos custos de edição, sobretudo por se terem implementado meios electrónicos na sua feitura.

1.2.3. - Formação Profissional

O CFN teve grande preocupação com a forma como estavam a decorrer as acções de formação profissional; pelo que se inteirou “in loco” dos graves problemas existentes. Tem-se vindo a verificar algumas correcções às anomalias detectadas; todavia, continua ser uma área de conflito dentro da Associação, sobre

a qual devem ser tomadas urgentes medidas correctivas, na perspectiva de uma maior autonomia desta área relativamente às estruturas da ADFA.

1.2.4. - Tipografia

Sendo uma forte subsidiária da ADFA, a Tipografia encontra-se numa situação crítica devido à exiguidade e precariedade das suas instalações; pese embora, os esforços que têm vindo a ser desenvolvidos pela DN, no sentido de uma solução adequada à sua reinstalação.

1.2.5. - Serviços Administrativos e Financeiros

Os Serviços Administrativos e Financeiros da ADFA, sendo um dos principais meios de gestão, desde sempre se depararam com problemas ao nível da sua operacionalidade, agravados com o rápido crescimento das estruturas, ao qual não houve a conveniente adaptação dos serviços; pelo que, deve ser uma área a que a DN deve dar maior atenção, no futuro, tanto mais que é o sector que trata e controla todos os fluxos financeiros que a associação movimenta anualmente; assim como, uma preocupação reforçada no controle e gestão dos bens patrimoniais da ADFA.

Feita uma análise às contas bancárias existentes verifica-se existirem em número exagerado; pelo que, se deveria proceder a um reajustamento no sentido da optimização dos serviços contabilísticos e de benefícios bancários, numa perspectiva de concorrência comercial. Também somos de opinião que se proceda a uma

reformulação da estrutura contabilística por forma a permitir, a todo o momento, uma melhor análise, verificação e eventuais tomadas de decisão pelos Órgãos competentes.

Atendendo que foram

reivindicações legislativas culminando com a compilação de um caderno/proposta contendo também legislação sobre estruturas de apoio aos nossos associados.

2.2. - Entidades Militares

Atendendo que a razão e

de salientar o nosso contributo para o agendamento na 50ª Assembleia Geral da ONU dos “Princípios Directores dos Direitos fundamentais dos Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra”, via governo português.

As Contas evidenciam a forma como os meios ao alcance da DN foram aplicados para a realização das actividades desenvolvidas.

As Receitas elevaram-se a 168 668 contos, para as quais contribuíram, em 35%, os “Subsídios”; em 28%, as “Quotizações”; em 9%, a “Prestação de Serviços” e “Outros Proveitos”, em 18%.

Os Custos cifraram-se em 184 459 contos, dos quais 29% se relacionam com a “Prestação de Serviços” à ADFA; 31% com o “Pessoal” e 9% com “Custos e Perdas Extraordinários”.

A actividade do Exercício traduziu-se num prejuízo de 15 971 contos, mais do dobro do verificado no Exercício de 1994. Para este resultado, tão avultado, contribuiu a regularização das contas da Formação Profissional.

Pelo Balanço, poderá observar-se a evolução dos meios da ADFA, com prejuízos nos exercícios de 1994 e 1995; tendência que, em nosso entender, deverá ser invertida sob pena de por em risco a sobrevivência da própria Associação.

Em face do exposto, é o CFN de parecer:

que são de aprovar o Relatório de Actividades e Contas do Exercício de 1995, elaborado pela Direcção Nacional, recomendando, mais uma vez, a implementação de medidas conducentes à eliminação de erros técnico-contabilísticos e clarificação da situação económico-financeira da ADFA.

Lisboa, 13 de Abril de 1996



Os elementos do CFN durante os trabalhos da Assembleia

detectadas anomalias técnico-contabilísticas, e com o objectivo de uma clarificação da situação económico-financeira da ADFA, deverá a Direcção Nacional mandar proceder a uma Auditoria externa, reportada ao último quinquénio, incluindo o ano económico de 1995; devendo, no futuro imediato, constituir-se mecanismos de auditoria, a nível de consultadoria, permanente por forma a que sejam criadas condições conducentes à irradicação definitiva deste tipo de problemas na ADFA.

2. - Externas

2.1. - Legislação

Pese embora não tenha sido publicada nenhuma medida legislativa de vulto, contemplando os deficientes militares, destacamos a nova forma de apresentação das

causa da nossa existência têm origem nas Forças Armadas, constituindo-nos um prolongamento daquelas na sociedade civil, somos a favor de um maior estreitamento e ligação à família militar, quer a nível das estruturas de chefia, quer a nível das unidades e serviços. A este propósito realça-se a visita à ADFA dos senhores Marechais António Spínola e Francisco Costa Gomes.

Através das estruturas militares já foi conseguido, pontualmente, uma significativa melhoria na forma de atendimento nos hospitais militares, nomeadamente, na assistência e fornecimento de material ortoprotésico.

2.3. - Relações internacionais

Através da nossa participação activa na FMAC, é

Igualmente notório e de realce a cooperação com associações congéneres dos PALOP; bem como, a constituição de núcleos da ADFA em Moçambique e Angola, englobando sócios nossos residentes naqueles países, e que connosco lutaram sob a mesma bandeira.

II CONTAS

Nas Contas, e para além do já referido anteriormente, foram detectados alguns erros de natureza técnico-contabilística que em nosso entender, não se revestem de gravidade capaz de aconselhar-mos a sua não aprovação a uma Direcção recentemente empossada e atendendo ainda, que essas irregularidades têm origem em mandatos anteriores.

Deliberações da Assembleia

Regularização do pagamento de quotas

A Assembleia Geral Nacional, reunida ordinariamente em 13 de Abril de 1996, relativamente à campanha em curso sobre a recuperação do pagamento das quotas em atraso, delibera:

1. Apelar a todos os sócios que cumpram o dever de manter as suas quotas em dia, com salvaguarda das isenções estatutariamente previstas.
2. Considerar não esgotada a campanha de actualização de quotas, devendo esta prosseguir de uma forma mais incisiva, no sentido de vir a trazer todos os sócios ao gozo pleno dos seus direitos associativos.
3. A Direcção Nacional e as próprias Direcções de Delegação deverão analisar cuidadosamente os casos de maior volume de quotas em atraso, encarando formas de pagamento facilitadas.
4. O conceito de isenção estatutariamente estabelecido deverá ser considerado no seu sentido mais abrangente.
5. A próxima Assembleia Geral Nacional Ordinária avaliará os resultados desta deliberação, podendo, nessa altura, ordenar a execução cabal das disposições estatutárias sobre a perda da qualidade de sócio.

Lisboa, 13 Abril de 1996.

Estratégia legislativa para os deficientes em serviço

“A Assembleia Geral Nacional Ordinária da Associação dos Deficientes das Forças Armadas (ADFA) reunida em 13 de Abril de 1996, relativamente às medidas legislativas solicitadas ao Governo, através do Ministério da Defesa Nacional, toma a seguinte deliberação:

- 1 - A publicação de um decreto-lei específico para regular os direitos dos que se deficientaram ou venham a deficientar no cumprimento do serviço militar é da maior necessidade e urgência.
- 2 - Os deficientes das Forças Armadas estão conscientes de que a satisfação desta pretensão corresponde a um profundo anseio de justiça, não só por parte daqueles que vivem marginalizados desde o tempo da guerra colonial, como dos que no presente vão ficando deficientes, por força da própria condição do serviço militar, que implica perigosidade acrescida.
- 3 - Nesse sentido, a Assembleia Geral Nacional solicita ao Governo, através do Ministério da Defesa Nacional, a aprovação de um decreto-lei específico para os deficientes militares, retirando-os definitivamente do âmbito do Estatuto da Aposentação.
- 4 - Se dentro de seis meses este diploma não for aprovado ou, no mínimo, dados passos claros no sentido da satisfação desta pretensão, os deficientes das Forças Armadas reunir-se-ão novamente em Assembleia Geral Nacional para, de forma mais veemente, manifestarem o seu descontentamento”.

Lisboa, 13 de Abril de 1996

Personalidade jurídica do CRPG

Considerando que por Protocolo de Acordo de Cooperação celebrado em 1991 entre a ADFA, o IEFPE e a CERCIGAIA, foi criado o Centro de Reabilitação Profissional de Gaia;

Considerando que não foi possível, à data, conferir personalidade jurídica plena ao CRPG, por limitação dos normativos de enquadramento, tendo sido então acordada uma solução provisória até ser possível uma solução conveniente e definitiva;

Considerando que cinco anos passados, a solução provisória se mantém, apesar de ser por todos os outorgantes reconhecido que ela não é ajustada ao pleno funcionamento do projecto do Centro;

Considerando que é urgente ultrapassar a fragilidade da situação jurídica existente;

A Assembleia Geral Nacional reunida em 13/04/96 decide o seguinte:

- 01 - Autorizar com base no estabelecido, nos termos do nº 1 do artº. 5º dos Estatutos, a participação da ADFA numa Associação a criar com a CERCIGAIA - Cooperativa para a Reabilitação de Crianças Inadaptadas de Gaia, associação essa que se destina a dar personalidade jurídica ao CRPG.
- 02 - Recomendar que nos desenvolvimentos futuros do CRPG sejam acautelados os interesses dos Deficientes Militares

Lisboa, 13 de Abril de 1996

AUTOMÓVEIS OPEL

MODELO	P.BASE	P.V.P.
ECO 1.2 5P	1.259.934\$00	1.918.860\$00
ECO 1.2 + 3P	1.203.524\$00	1.852.860\$00
SWING 1.2 5P	1.502.242\$00	2.202.360\$00
ECO 1.4 5P	1.349.669\$00	2.300.060\$00
SWING 1.4 5P	1.541.118\$00	2.524.060\$00
ECO 1.5 TD SP	1.672.283\$00	2.845.360\$00
ASTRA		
RIO 1.4	2.094.366\$00	3.171.360\$00
RIO GLS 1.4	2.308.896\$00	3.422.360\$00
RIO 1.7 TD	2.399.911\$00	4.032.361\$00
RIO GLS 1.7 TD	2.614.441\$00	4.283.361\$00
RIO CAR 1.4	2.214.879\$00	3.312.360\$00
RIO CAR 1.7 TD	2.520.424\$00	4.173.361\$00
CLUB C. 1.7 TD	2.594.782\$00	4.260.360\$00
VECTRA		
X 16 16V	2.629.987 00	4.152.360\$00
CD XI.7 DT	3.046.919\$00	4.789.360\$00
TIGRA		
COUPE 1.4 16V	2.093.512 00	3.170.361\$00
COUPE 1.6 16V	2.507.765\$00	4.009.361\$00
AUTOMÁTICOS:		
CORSA 1.4 AUT.	1.724.024\$00	2.738.060\$00
TIGRA 1.4 AUT.	2.276.418\$00	3.384.361\$00
ASTRA		
1.4 AUT.	2.277.272\$00	3.385.360\$00
CARV.1.4 AUT	2.397.785\$00	3.526.360\$00
VECTRA 1.6 AUT.	2.812.893\$00	4.366.360\$00

AUTOMÓVEIS VW E AUDI

MODELO	P.BASE	P.V.P.
GAMA POLOS		
Fox 1.05	1.391.031\$00	1.910.223 00
GL 1.05	1.623.105\$00	2.181.749 00
3 Volumes 1.4	1.913.306\$00	2.907.854\$00
GAMA GOLF		
CL 1.4 2P	1.922.542\$00	2.918.661\$00
CLD 1.9 4P	2.035.099\$00	4.129.158\$00
GL TDI 1.9 + 4P	2.931.012\$00	5.177.376\$00
TDI 4P Aut.	3.151.046\$00	5.434.816\$00
Var Movie 1.4	2.332.419\$00	3.388.802\$00
Var CL 1.4	2.286.608\$00	3.323.849\$00
VAR CLD 1.9	2.226.492\$00	4.353.088\$00
Var GL TDI 1.9	2.888.805\$00	5.127.995\$00
GAMA VENTO		
CL 1.4	2.069.828\$00	3.090.985 00
CLD 1.9	2.137.957\$00	4.249.502 00
GL TDI 1.9	3.051.727\$00	5.318.613\$00
GAMA PASSAT		
GAM TDI 1.9	2.964.718\$00	5.216.812\$00
GL TDI 1.9	3.518.820\$00	5.865.111\$00
TDI Aut.	3.719.323\$00	6.099.700\$00
Var CL TDI 1.9	3.215.059\$00	5.509.771\$00
Var GL TDI 1.9	3.765.286\$00	6.153.416\$00
TDI Var Auto	3.964.931\$00	6.387.061\$00
GAMA AUDI		
A4 1.9 Conf..	3.834.963\$00	6.235.000\$00
A4 1.9 TDI Plus	4.399.067\$00	6.895.000\$00
A4 1.9 + EC TDI P.	4.608.468\$00	7.140.000\$00
A4 1.9 TDI Sport	4.698.212\$00	7.245.000\$00
A4 1.9 TDI Avant	4.928.981\$00	7.515.000\$00
A6 1.9 TD	4.971.716\$00	7.505.000\$00

Os sócios interessados nestas viaturas podem telefonar para a Sede da ADFA (7570502/0583/0702) no horário de expediente e ainda para o 8595016 das 20H00 às 22H00.

Venda de Viaturas Usadas

A Associação dos Deficientes das Forças Armadas, tem para venda as seguintes viaturas usadas:

- Mercedes Benz 240 D de 1974
- Mercedes Benz N1300(Furgão) de 1978
- Fiat Uno 45 de 1990

Estas viaturas podem ser vistas na Sede Nacional, Edifício ADFA Av. Padre Cruz, 1600 Lisboa.

As propostas de compra devem ser enviadas, até 9/05/15, para a Sede Nacional, em carta fechada, identificada como "Venda de Viaturas Usadas", com o valor atribuído a cada viatura.

A ADFA, reserva-se o direito de não vender as viaturas, caso as propostas apresentadas não satisficam as condições estipuladas.

Lisboa, 22 de Abril de 1996

A Direcção Nacional

Secretário-Geral da FMAC na ONU

ADFA intervém

A 6ª Conferência Internacional sobre Legislação da FMAC, realizada em Lisboa, há dois anos, aprovou, de entre as suas recomendações, os Princípios Directores dos Direitos Fundamentais dos Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra, no intuito de que um governo, de qualquer dos países participantes, os apresentasse à ONU, para que este organismo, em Assembleia-Geral, o convertesse em Declaração Universal reguladora dos direitos dos deficientes de guerra.

Por intervenção da nossa Associação, junto do governo português e do presidente da Assembleia-Geral da ONU, prof. Diogo Freitas do Amaral, que tal documento foi presente às Nações Unidas para agendamento.

É, agora, necessário sensibilizar algumas missões diplomáticas para que o processo se desenvolva e possa vir a ser aceite como assunto a debater naquele fórum internacional. Para atingir este objectivo a ADFA interveio, de novo, junto do Presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas com a finalidade de ser concedida uma audiência ao Secretário Geral da FMAC, para que este apresente as razões que levaram os antigos combatentes e as vítimas de guerra a aprovarem aqueles Princípios Directores.

Tal audiência ocorrerá no próximo dia 16 de Maio e o "ELO" far-se-á eco da mesma, logo que se disponha de informação concreta.

Apoio aos Sócios
Reestruturação de serviços

A Direcção Nacional, na sequência do desenvolvimento do seu programa eleitoral, tem procedido á reestruturação de serviços tendo em vista aumentar a sua qualidade e eficácia.

O Departamento de Apoio aos Sócios (DAS) e o Gabinete Jurídico foram, assim, alvo de profunda reestruturação e remodelação tendo em vista implementar maior qualidade no atendimento do DAS e assegurar a supervisão jurídica, através de advogado, de todos os processos dos associados.

Os dois serviços foram integrados e articulados numa só estrutura, tendo como coordenador directo o Dr. António Carreiro que tem a seu cargo todas as questões relacionadas com a deficiência.

Os associados devem dirigir-se em primeiro lugar ao serviço de atendimento que foi reorganizado e apresenta uma nova disposição, mais funcional e acolhedora, onde os associados são recebidos de forma personalizada.

Vindo a reconhecer-se a necessidade dos assuntos serem expostos pelos associados directamente ao advogado, os próprios serviços procedem a este encaminhamento directo.

De qualquer forma, os associados poderão sempre recorrer ao advogado, marcando consulta prévia, pelo telefone, conforme anúncio inserto noutra local do "ELO", mas neste caso pagando à ADFA a quantia de 1.000\$00 a título de participação.

Foi também admitido um novo advogado, em tempo parcial, o Dr. Barbosa Carneiro, nosso associado de longa data, que dá consultas nas áreas de direito não relacionadas com a deficiência, às Quintas-feiras, de manhã, mediante marcação telefónica e pagamento à ADFA de 1.500\$00 também a título de participação nos custos.

Espera-se a colaboração dos associados no novo modelo de atendimento, tendo presente que a nova estrutura associativa dará o seu melhor para os servir e que todos os processos são submetidos ao advogado para análise, assegurando-se a legalidade técnico-jurídica dos procedimentos adoptados.

Maior rigor
nas participações
da ADME

Para além de outras medidas já implementadas e a implementar, com vista a um maior controlo, à preservação da qualidade do apoio aos beneficiários e à detecção de abusos e irregularidades, infelizmente já verificados, o Despacho nº. 11/96, do General CEME determina que seja "... desde já, implementada a obrigatoriedade da assinatura do beneficiário no verso de todas as receitas e documentos de despesa, comprovando a sua autenticidade".

Deste modo, apela-se a todos os associados que estejam atentos às alterações que ultimamente têm surgido e que o "ELO" tem publicitado e que cumpram escrupulosamente as determinações em vigor sobre assistência na doença por parte da ADME.

Presidente da Cruz Vermelha
Encontro informal com a DN

A Direcção Nacional da nossa Associação convidou o Presidente da Cruz Vermelha, brigadeiro-médico Carrilho Ribeiro, para, durante um almoço na sede nacional, efectuar uma troca informal de impressões, com incidência especial sobre a situação do Lar Militar.

Reconheceu-se que o Lar está longe de dar resposta adequada aos objectivos para que foi criado: o apoio médico-assistencial aos grandes deficientes provocados pela guerra colonial. Foi, portanto, entendido, quer pelo prof. Carrilho Ribeiro, quer pelo dirigente da ADFA, como muito importante, a alteração funcional que, para aquela estrutura de reabilitação, preconiza o Ministro da Defesa Nacional.

O avançar da idade dos grandes deficientes que se integraram profissional e familiarmente, o agravamento das suas sequelas físicas e psicológicas, a degradação da sua qualidade de vida e da das esposas prenunciam, num futuro, mais próximo do que se possa pensar, uma solicitação dos serviços do Lar, para o qual ele não se encontra nem preparado, nem dimensionado.

Os interlocutores assentaram no avanço de encontros de carácter mais operacional, dentro dum quadro institucional, para que se incremente uma rápida recuperação das estruturas de reabilitação existentes, totalmente degradadas, e se crie uma luz de esperança que, actualmente, não se vislumbra na vida dos residentes.

Vila Nova de Famalicão

A Direcção da Delegação informa todos os associados que passará a reunir ordinariamente todas as primeiras segundas-feiras do mês na Sede da Delegação, com início às 20:30 horas.

Estas reuniões serão abertas a todo e qualquer associado que queira estar presente.

Mais informa que nos primeiros sábados de cada mês estará à disposição dos associados na Sede da Delegação, no período das 14:30 às 17:30 horas.

Núcleo de Guimarães

A Direcção da Delegação informa todos os associados da área do Núcleo de Guimarães que estará presente e à disposição dos associados da área todos os últimos sábados de cada mês, para prestar todo o tipo de informações, resolução de problemas e apoio. Manter-se-á a deslocação habitual do nosso funcionário Gouveia, como até aqui.

A presença da Direcção ou dos seus representantes será da parte da manhã das 10:00 às 12:00 horas.

Horário de funcionamento dos serviços:

1 - Secretaria: 2ª a 6ª feira: das 09H30 às 12H00 e das 14H00 às 19H00

Sábado das 09H30 às 12H00

2 - Bar/Sala de convívio: 2ª a 6ª feira das 08H30 às 11H45 e das 13H00 às 18H30

Sábado: Encerrado

Poeticamente

Falar de Abril é fácil e é difícil.

Para o Poeticamente, e por Abril fazer parte das nossas vivências, bastaria molhar a pena e deixá-la percorrer livremente o papel para que as palavras se agrupassem e apresentassem muito naturalmente emoldurado em Cravos vermelhos o mais belo poema.

Porém, o Poeticamente é um espaço de divulgação.

E quantos poetas, quantos poemas de Abril temos para construir este Poeticamente!

Porque temos que optar, escolhemos Manuel Alegre, um poeta que não precisa de apresentações!

Rapariga do País de Abril.

*Habito o sol dentro de ti
descubro a terra aprendo o mar
rio acima rio abaixo vou remando
por esse Tejo aberto no teu corpo.*

*É sou metade camponês metade marinheiro
apascento meus sonhos e iço as velas
sobre o teu corpo que de certo modo
é um país marítimo com árvores no meio.*

Tu és meu vinho. Tu és meu pão.

Guitarra e fruta. Melodia.

*Amesma melodia destas noites
enlouquecidas, pela brisa no país de Abril.*

*Eu procurava-te nas pontes da tristeza
cantava adivinhando-te cantava
quando o País de Abril se vestia de ti
e eu perguntava atónito quem eras.*

*Por ti cheguei ao longe aqui tão perto
e vi um chão tão puro algarves de ternura.*

*Quando vieste tudo ficou certo
e achei achando-te o País de Abril.*

Este poema podia muito bem chamar-se Liberdade, pois todo ele

é sua veste num puro e permanente canto.

A saudade, a melancolia provocada pela clandestinidade simbolizada pelos barcos e pelo Tejo é também uma constante nos seus versos e imagens.

O poeta diz-se conhecedor das sementes de Abril: "cantava adivinhando-te cantava".

E que quando Abril chegou "tudo ficou certo".

Sá Flores

I

A ADFA nas escolas

Como vem sendo hábito a ADFA continua a ser convidada pelas Escolas Secundárias para transmitir aos seus alunos a experiência associativa e relatar a situação em que se encontram os deficientes militares e aspectos relacionados com a reabilitação e integração social dos mesmos.

No passado dia 23 o associado Jorge Maurício, em representação da ADFA, o Major Mário Tomé em representação da Associação 25 de Abril e um professor do Ensino Superior, realizaram na Escola Secundária Marques de Alorna um colóquio sobre o tema: "Guerra Colonial e 25 de Abril", que foi atentamente seguido por professores e alunos, tendo terminado com um vivo debate onde os alunos questionaram os convidados sobre as matérias em questão.

A ADFA continua deste modo a desenvolver acções com vista a minimizar o desconhecimento que a juventude tem sobre a guerra colonial e uma das suas consequências mais negativas, que é a existência de muitos deficientes militares que ainda hoje lutam pelo direito à plena cidadania.

O 25 de Abril na ADFA



Filha legítima e imediata da Revolução dos Cravos, a Associação dos Deficientes das Forças Armadas não poderá esquecer jamais este feito das Forças Armadas Portuguesas que recuperou a liberdade e a democracia para os Portugueses e permitiu, finalmente, que os deficientes militares se organizassem em associação que lutasse e velasse pelos seus direitos.

Como referimos noutras páginas, as delegações da nossa Associação comemoraram o 22º aniversário do 25 de Abril com programas próprios, mais ou menos alargados. A nível da Sede nacional o recém-constituído Grupo de Dinamização deu as primeiras provas de quanto é capaz, organizando um programa cultural que, embora simples, decorreu pleno de dignidade e bem participado.

A evocação do 25 de Abril teve lugar na noite do dia 24, no restaurante da Sede onde algumas dezenas de associados, familiares e amigos se reuniram num jantar seguido de um sarau cultural.

A apresentação dos artistas que gentilmente acederam participar neste espectáculo esteve a cargo do nosso associado Sá Flores que também nos brindou com a declamação de alguns dos seus poemas.

Gordilho, que se acompanhou à viola, foi o primeiro artista a actuar, entusiasmando a assistência com o seu ritmo vivo e canções bem conhecidas.

O Coordenador do Grupo de Dinamização, Patuleia Mendes, usou da palavra para, em nome da Direcção Nacional, de que é membro, se referir à efeméride que estávamos a comemorar e evocar os militares que, na mesma noite de há 22 anos tiveram a coragem de afrontar e derrubar a ditadura. Nesta homenagem Patuleia Mendes evocou, de modo especial e sentidamente, a memória do mais lídimo dos capitães de Abril: Salgueiro Maia que a morte já levou do nosso convívio.

O momento alto do sarau terá sido, sem dúvida, a actuação do Dr. Américo Pereira que, com o seu extraordinário timbre de voz e o acompanhamento instrumental e vocal de seu filho, nos fez recordar, durante cerca de uma hora, os maiores êxitos de Zeca Afonso e de Adriano Correia de Oliveira, bem como as figuras de lutadores pela liberdade destes dois cantores.

O "Grupo 3 de Abril" preencheu a segunda parte do espectáculo com uma actuação marcada igualmente por canções de intervenção, onde não faltaram êxitos de Zeca Afonso, de Adriano Correia de Oliveira e uma canção que nos tocou muito de perto: um poema de Sá Flores musicado por este grupo musical.

A simpatia e o respeito manifestados por todos estes artistas para com a nossa Associação e os deficientes militares, ficaram bem testemunhados pelo "Grupo 3 de Abril" que interrompeu a actuação remunerada que estava a efectuar noutro local de Lisboa para, de modo gracioso e em total disponibilidade, vir animar o nosso convívio e trazer-nos a sua mensagem de liberdade.

UCNOD

15 anos ao serviço dos deficientes

UCNOD (CNOD), Confederação Nacional das Organizações de deficientes, completou, no passado dia 20, 15 anos de vida ao serviço dos deficientes portugueses o O aniversário, cuja celebração se iniciou, antecipadamente, com o lançamento dos I Jogos Florais da organização, teve o seu momento alto, no próprio dia da efeméride, com provas desportivas para deficientes na baixa da cidade de Lisboa e um almoço convívio, que contou com a presença do Secretário Nacional de Reabilitação e, durante o qual, foram distribuídos os prémios aos laureados do concurso cultural e aos vencedores das provas desportivas.

Durante o almoço o Presidente da UCNOD, Dr. Orlando Alves, dirigiu-se ao Secretário Nacional de Reabilitação e aos dirigentes de Associações de deficientes presentes, reclamando a aplicação prática e rápida de uma nova política de reabilitação, salientando as dificuldades financeiras das Associações por não se encontrar definida e institucionalmente regulamentada a atribuição, por parte do SNR, dos subsídios respectivos. O responsável pela política nacional de reabilitação diria que é seu uso gerir as questões em diálogo e que não implementaria qualquer nova política sem o concurso das organizações de deficientes que convidou a participar na lei orgânica do SNR, que devendo ser preparada no prazo de seis meses, pretende despachá-la dentro de 90 dias.

Salienta-se que dois associados da ADFA foram premiados nos I Jogos Florais da UCNOD, Patuleia Mendes com o 1º prémio na modalidade de "QUADRAS" e o Coronel Roberto Durão com 2 menções honrosas na modalidade de "CONTO"

*Quotas
em dia
direitos
assegurados*

AUTOMÓVEIS RENAULT

MODELO - 3 PORTAS	P. BASE	P.V.P.
WINGO	1.329.439\$00	1.927.000\$00
TWINGO PACK	1.312.089\$00	2.012.000\$00
CLIO JUMP 1.2	1.264.515\$00	1.892.000\$00
CLIO BEBO 1.2	1.362.805\$00	2.007.000\$00
CLIO FIDJI 1.2	1.503.813\$00	2.172.000\$00
CLIO RT 1.2	1.686.970\$00	2.402.000\$00
CLIO RT 1.4	1.669.819\$00	2.677.000\$00
CLIO RTI 1.4	1.691.186\$00	2.702.000\$00

MODELO - 5 PORTAS	P. BASE	P.V.P.
CLIO JUMP 1.2	1.328.617\$00	1.967.000\$00
CLIO RT 1.4	1.733.921\$00	2.752.000\$00
CLIO BACARA 1.4	2.239.750\$00	3.407.000\$00

MEGANE	P. BASE	P.V.P.
MEGANERL 1.4	1.959.966\$00	3.035.000\$00
MEGANERN 1.4	2.108.684\$00	3.209.000\$00
MEGANERT 1.4	2.227.487\$00	3.348.000\$00
MEGANERT 1.6	2.509.009\$00	4.030.000\$00
MEGANERT 1.9 DT	2.502.598\$00	4.677.000\$00

VIATURAS EQUIPADAS COM CAIXA AUTOMÁTICA

CLIO RT 1.4 - 3 PORTAS	1.880.417\$00	1.916.219\$00
CLIO RT 1.4 - 5 PORTAS	1.944.519\$00	2.962.598\$00
MEGANERT 1.6	2.725.497\$00	4.283.300\$00

Também dispomos de algumas alternativas em viaturas usadas

Divagações acerca da proclamada igualdade das Pessoas com Deficiência

Ultimamente, o meu universo tem girado à volta de diversas problemáticas de índole intelectual. Isto porque há alturas na vida em que o pensamento flui sem assim o querermos e, às tantas, damos por nós envolvidos num emaranhado de teses e antíteses que acabam invariavelmente por provocar a chamada incoerência de raciocínio. Tudo isto para tentar escrever algumas palavras relativas aos direitos cívicos das pessoas com deficiência, depois de ter visto mais um daqueles filmes insuportáveis em que as vítimas de doença incurável são tratadas como "coitadinhas", em vez de serem tratadas como seres humanos com sentimentos, com necessidades, com ...

Tenho à minha frente um relatório de uma conceituada organização europeia que se dedica à promoção de uma lei que confere direitos iguais às pessoas com deficiência.

Pergunto: não será esta lei, em si mesma, uma forma de discriminação? Valerá a pena dizer: as pessoas com deficiência têm que ter direitos iguais a todos os outros cidadãos?! É que se assim é, a problemática da legislação no que se refere a esta questão é pior que o caranguejo, nem sequer um passo dá em frente.

Antes de se falar em legislação há que informar e sensibilizar a população para a existência da deficiência. Não acho concebível que a maior parte dos portugueses não tenham conhecimento daquilo que realmente se passa neste campo. Obviamente que toda a gente sabe que há "cegos, côxos e malucos", entre outros, mas ninguém sabe como lidar com eles, ninguém sabe que há instituições que os defendem, informam e apoiam, bem como às suas famílias, e muito menos conhecimento de que existe um organismo oficial que deveria ter por missão esta tarefa, ou melhor, que se deveria empenhar nela de corpo e alma, porque para tal efeito se pensa ter sido criado.

Infelizmente, nem a guerra colonial conseguiu ser veículo suficientemente poderoso para alertar os nossos governantes para a importância da integração sócio-económica das pessoas com deficiência.

Pois é, meus senhores, apesar da minha pouca experiência, não é difícil aperceber-me da "muita parra e pouca uva" existente neste campo e, posso dizer-vos que não é mal nacional. Estende-se qual polvo por essa Europa fora.

Todos se queixam da lacuna de legislação. As organizações não governamentais fazem pressões sobre os governos. Os governos legislam. E como legislam? Sem pedir opinião a uma única pessoa com deficiência.

Falando agora a nível local, anda muito em voga fazer Declarações que tornam automaticamente acessíveis uma série de cidades. Lembro-me de ter lido, aqui há tempos, umas das referidas Declarações, que, a crer no que estava escrito, a cidade em questão seria o paraíso para as pessoas com deficiência. O que eu gostei mesmo, foi de ter visto a adesão de uma série de cidades portuguesas à dita Declaração, considerando-se assim cidades ideais para pessoas de mobilidade reduzida. Ora, eu conheço alguns destes municípios e, juro a pés juntos que se é aquela a noção de acessibilidade que têm, temos que dar graças a Deus por não existirem mais pessoas com deficiência no nosso país.

Voltemos à igualdade de direitos. Se me permitem, vou contar uma história "engraçada" que reflecte bem o que pretendo mostrar com este texto, quiçá um pouco incoerente. Mas não é de incoerências que falamos?!

Dá-se muita importância, hoje em dia, a nível europeu à integração económica das pessoas com deficiência, pois, porque isto "não tem nada a ver" com a integração social e a educação! Mas a isso já lá vamos.

Num serviço em que há uma série de secretárias, um serviço que tem a cargo precisamente todos os sectores da vida da pessoa com deficiência, uma delas é uma pessoa de mobilidade reduzida. Esta senhora, além de secretária, é também telefonista. E o seu ordenado, qual é? Logicamente, seria o de secretária com o devido complemento pelo facto de ter a seu cargo o telefone geral do serviço. Não senhor! Ganha menos que todas as outras secretárias! Mais grave ainda: ao ter obtido o lugar perdeu o direito a todo e qualquer benefício que tinha anteriormente, tendo no entanto adquirido todos os deveres de qualquer outro cidadão. Nos direitos, ninguém fala porque não convém. Então não me venham falar de legislação para as pessoas com deficiência!

Por outro lado, se nem os organismos competentes (?) são capazes de dar o exemplo, como podem querer que o comum dos cidadãos o dê?!

Vamos informar, meus senhores, vamos sensibilizar! Vamos

mostrar aos portugueses que há mais na deficiência que o Peditório Anual da Liga Portuguesa Contra o Cancro. Vamos confrontar os portugueses com as situações ingratas com que diariamente se confrontam as pessoas com deficiência!

Exemplos destas situações não faltam.

Quantas vezes um cego já deu de caras com obstáculos no chão, devidos a obras, sem qualquer sinalização? No entanto, a cidade até é capaz de ter aderido à Declaração supra citada.

Quantas vezes, uma pessoa de mobilidade reduzida, se vê impossibilitada de entrar pela porta da frente de um edifício de construção recente porque os arquitectos "se esqueceram" da rampa? E, no entanto, a cidade provavelmente até é considerada acessível a nível internacional.

Porque é que há companhias aéreas que impedem pessoas com certas e determinadas deficiências de viajar com os restantes passageiros? E, no entanto, há uma Constituição, lei máxima da nação, que, no seu artigo 13º reza que "Todos os cidadãos são iguais perante a lei...". Será preciso mais legislação do que esta simples frase para fazer compreender toda a gente, inclusive algumas pessoas com deficiência, que somos todos iguais perante a lei, e não só? Há é que defender este princípio e, para isso meus senhores, é preciso passar à acção, é preciso investir na mudança de mentalidades, é preciso ir ao fundo desta estrutura complexa, decompô-la nos seus vários componentes e partir para o devir.

Chega de coitadinhos, chega de fazer com que as pessoas com deficiência se sintam inferiorizadas de tanto as quererem proteger. Chega de tentar criar igualdade que só faz crescer a desigualdade!

Vamos antes falar de integração plena a nível educacional e consequentemente, a nível económico e social, e isto não deve ser aplicável apenas às pessoas com deficiência, mas a todos em geral. Enquanto toda a gente considerar as pessoas com deficiência como um universo populacional à parte da restante população, e quem diz as pessoas com deficiência, diz também outras ditas minorias, não há legislação, conversa e muito menos paciência que resista!!

Maria José Horta Carneiro
96.03.04

Seminário Europeu "da Instituição à Comunidade"

No dia 9 de Novembro de 1995, decorreu na Liga dos Deficientes Motores, o Seminário Europeu designado "Da Instituição à Comunidade".

Neste Seminário, na parte da manhã, o 1º Painel foi subordinado ao tema "Para uma vida autónoma informar e formar" onde teve a participação do Jornalista Carlos Pinto Coelho - RTP Canal 2, o qual nos falou da importância na transmissão da mensagem ao público, onde o mundo da deficiência e da informação estão numa encruzilhada, onde a palavra "acessibilidade" tem de ser aplicada com as mesmas virtudes e conflitualidades com que existe no terreno físico.

No entanto, segundo Regis Verley de le Regards, foi referenciado que, ao nível da Imprensa, as pessoas em situação de exclusão são sempre apresentadas de maneira negativa. A Secção de Jornalistas sociais da Associação de Jornalistas Europeus, reflectiu sobre esta questão.

Assim, pode-se concluir que os Jornalistas podem apoiar acções positivas da luta contra a exclusão e pela integração. Podem apresentar experiências de sucesso. Devem ainda desenvolver uma base sobre as actividades em favor da Luta contra a exclusão de troca de experiências e das informações sobre as actividades de luta contra a exclusão.

Por outro lado, foram apresentados ainda, projectos de Unidades Locais a funcionar em escolas do 1º ciclo - sendo considerado um programa de Intervenção Comunitária. Este projecto, visa a integração de crianças/jovens com necessidades especiais profundas, em estruturas regulares da sua comunidade de residência, particularmente em escolas do ensino básico e 1º Ciclo.

Todavia, torna-se necessário divulgar estas unidades locais, para que cresçam ao nível de todo o país.

Estas crianças incorporadas neste projecto, estão integradas na mesma escola das crianças sem problemas, convivendo uns com os outros, apoiando-se mutuamente, começando estas

últimas, a tomarem consciência dos verdadeiros problemas de acessibilidade com que se deparam os deficientes.

Pode-se dizer, que o projecto de unidades locais é a prova da instituição comunidade, envolvendo a participação das famílias e amigos.

Relativamente ao II Painel "Construir e Adaptar com Acessibilidade", abordou-se a necessidade cada vez maior, de nas faculdades de arquitectura, existirem módulos de matéria, que contemple a mobilidade/acessibilidade, tem de haver mais conhecimentos da parte de quem efectua os projectos. O mundo pode ser normal, se houver a acessibilidade adoptadas da eliminação de barreiras arquitectónicas, nas escolas/faculdades/ruas/transportes públicos/edifícios públicos/urbanismo.

No que diz respeito, ao III e IV painéis desenvolvidos na parte da tarde "Vida Institucional e a Vida Autónoma" - abordado por Nadina Meneu - Presidente da Comissão de Famílias e pessoas deficientes. Foi referenciado que a escolha do modo de vida pretence a cada indivíduo. As implicações devidas ao respeito pela escolha-conscialização-responsabilização-aptidões pessoais-tendo sempre em conta as realidades culturais e familiares de cada país.

Há que ter em conta o aceder a diferentes modos de vida.

Assim, ao nível de Vida Institucional, esta não pode ser contestada, responde às necessidades de pessoas com deficiência que experimentam dificuldades ou impossibilidade de participar plenamente na vida social.

Estas Instituições, devem ser pontos de apoio, um espaço especialmente equipado para proporcionar a passagem para a vida em sociedade.

Devem responder à necessidades das pessoas que não podem viver sós, ou das famílias que não possam assumir o peso de uma grande deficiência.

As Instituições fazem parte de uma realidade, que toma cada vez mais peso específico, face aos poderes políticos, que por razões económicas vão reduzindo o acesso.

Relativamente à Vida ao Domicílio, a maioria das pessoas portadoras de deficiência, o domicílio, é o elemento chave da sua identidade. Viver com a sua deficiência em casa supõe um ambiente adaptado e uma ajuda Técnica e Humana. Exige uma boa coordenação sob o plano sanitário que tenha em conta a solidariedade familiar, esta última deve ser apoiada para evitar o esgotamento.

Poder-se-á concluir, que as pessoas com deficiência desejam viver com as outras, quer seja em instituições, ao domicílio ou em alojamento comunitário. Querem ter acesso a um espaço social alargado ao conjunto da população. Estar com os outros, é também poder aceder aos mesmos espaços, sejam públicos ou privados, utilizar os mesmos transportes e comunicar. O fluxo de integração deve funcionar nos dois sentidos.

Perante os temas abordados, no seminário, o importante foi a confrontação de experiências e a tomada de consciência de se começar a preparar a sociedade para o século XXI, ao nível dos direitos humanos, apostando-se numa integração harmoniosa das pessoas deficientes na sociedade.

Para isso é necessário, uma educação para os valores - respeito pela pessoa deficiente que começa na família/escola/políticos - sendo estes, os responsáveis por toda uma educação, de que todos os indivíduos são iguais - respeitando os seus direitos.

Sem esta consciência e co-responsabilização não é possível mudar a sociedade.

Neste sentido, os meios de comunicação, têm extrema importância para a educação das pessoas, para a mudança das mentalidades. Estes, têm de assumir cada vez mais, a sua responsabilidade na informação dos jovens e da sociedade em geral, de forma educativa e correta.

O DEPARTAMENTO DE REABILITAÇÃO
Serviço de Acção Social

Fátima Almeida
A Téc. Serv. Social

Afirma Pereira

A memória de um tempo ruim

"Afirma Pereira" é um filme de Roberto Faenza, baseado na obra homónima de António Tabucchi, inteiramente rodado em Lisboa e tem como principal actor, Marcelo Mastroiani.

O filme é um retrato do Portugal fascista e germanófilo do final dos anos trinta, quando os comparsas de Franco gritavam "Viva La Muerte!" e Salazar prendia e devolvia à Falange os combatentes republicanos espanhóis fugidos à perseguição franquista, a fim de serem chacinados na praça de touros de Badajoz.

Marcelo Mastroiani encarna o jornalista Pereira, responsável pela página cultural de um jornal lisboeta que aqui nos aparece com o nome de "Lisboa".

O Dr. Pereira é um jornalista cumpridor das normas e das leis vigentes, honesto, amante da literatura, que nem por um momento pensa pôr em causa o regime de que é ele próprio um produto e que é ele quem o afirma, nunca viu um artigo seu rejeitado pela censura. Talvez por isso, alimente a ilusão de que trabalha num jornal livre e independente.

De vida simples, do género trabalho-café-casa e vice-versa, obcecado pela ideia da morte, vai vivendo o seu quotidiano solitário apenas quebrado pelos monólogos com a fotografia da mulher morta que conserva em cima da secretária e que o acompanha sempre que tem de se deslocar, até que um dia, ao folhear uma revista dá de caras com um artigo sobre a morte que o impressiona.

Marca encontro com o autor do artigo e contra as suas expectativas, depara-se-lhe um jovem acabado de se licenciar em filosofia, que afinal nem é assim tão entendido na matéria como parecia transparecer do que escrevera, mas que ele caba por contratar para escrever uma espécie de elogios fúnebres antecipados, de personagens ligados às letras.

Os artigos do jovem são impublicáveis, pois vêm imbuídos de um fervor revolucionário antifascista e por isso sem qualquer hipótese de passar as malhas da censura.

Porém, são estes artigos a causa do despertar da consciência adormecida de Pereira, que sendo um acomodado é também um homem de fartas leituras. Consciência que vai subindo até ao envolvimento político com o jovem "filósofo", escondendo-o em sua casa quando este é perseguido. E é em sua casa que a polícia política entra e de uma maneira selvagem e brutal o agride e lhe mata o amigo. Era a gota que faltava... Pereira, servindo-se de um estratagemma, denuncia no jornal onde trabalha, a morte do jovem e aponta os nomes dos assassinos.

Afirma Pereira é uma pedrada no charco do nosso esquecimento, nas memórias curtas daqueles que dizem que o fascismo português era uma ditadura caseira de brandos costumes, esquecendo-se de que o Tarrafal, S. Nicolau, Peniche, Caxias e o Aljube existiram e que milhares de homens e mulheres foram privados da liberdade, torturados e muitos assassinados, para já não falar dos mortos, de um e outro lado, da tal "Guerra de África", que muitos agora se propõem branquear.

Por cá, os críticos parece que não apreciaram, mas eu afirmo que Afirma Pereira, não sendo uma obra prima da cinematografia, é a história de um tempo ruim, que devia ser visto pelos jovens de todo o país, para lhes mostrar parte do que foi o nosso passado recente e do perigo que certas ideologias xenófobas representam para a democracia. Porque como dizia o Poeta-Cantor Zeca Afonso, "O Que Faz Falta é Avisar a Malta!"

Carmo Vicente

Graduações/promoções

Acórdão do Tribunal Constitucional

A requerimento do Provedor de Justiça, o Tribunal Constitucional proferiu o acórdão que reconhecerá a não inconstitucionalidade das graduações, referidas no Artº 4º do Decreto-Lei nº 295/73, de 9 de Junho, mas que considerará inconstitucional a alínea a) do artº 7º da Portaria nº 162/76, de 24 de Março, que impediu de optarem pelo ingresso, no serviço activo, os militares que, tendo podido, o não fizeram, ao abrigo do decreto-lei nº 210/73, de 9 de Maio.

Aguarda-se a respectiva publicação no Diário da República. No entanto, já de posse de uma cópia do documento, a Direcção Nacional pediu parecer a alguns associados juristas para poder fundamentar a posição da ADFA sobre a matéria.

A decisão do Tribunal Constitucional, mérito do grupo de militares que conduziu tal processo, deverá ser aplicada pelo Ministério da Defesa Nacional com a audição prévia da nossa Associação, tal como garantiu o Dr. António Vitorino.

Como responsáveis numa organização solidária e defensora da justiça, tentaremos utilizar toda a força da nossa razão e argumentos, para que a aplicação do acórdão seja acompanhada da publicação de legislação que contemple os deficientes militares em situações mais desfavorecidas.

Serviço Militar

Obrigatório Porquê?

Rapaz, 18 anos. Como tantos outros, eis o momento de "ir dar o nome".

O que se esconde por detrás desta aparentemente tão simples, mas, na realidade, tão complexa expressão?

Embora medianamente generoso, fazendo esforços para desenvolver tal característica, está-se perante uma situação em que dar algo não dá o mínimo prazer. Dar o quê? Dar a quem? Dar porquê? Recenseamento militar, estando desde logo a mostrar concordância com algo que não se aceita? Com que direito se é violentado pelo Estado de forma tão brutal e inevitável? Em que conta se pode ter esse Estado que corta a liberdade de consciência e obriga a pegar em armas e a aprender a matar? O que se esconde por detrás disto? O soberano interesse nacional ou o insaciável e obscuro desejo de poder de alguns?

Hilariante, porque não se deve levar muito a sério o sábio lugar comum de que a tropa faz homens. Porquê? Por finalmente haver o desprendimento do carinho familiar e de uma vez por todas aprender-se o que é a vida através de valores, como a obediência cega, a disciplina humilhatória, a não discussão das ordens impostas, a possibilidade de violação do direito à vida?

O serviço militar obrigatório formará mesmo homens? Forma potenciais máquinas mortíferas ao serviço de um Estado que a qualquer momento pode mandar matar e morrer. A maioria dos que fazem a guerra no terreno a isso são obrigados como resultado de bem planeadas lavagens ao cérebro.

Deveria ter tido uma chance de não ter ido à tropa. Ser um objector de consciência, embora nem por isso ela ficasse mais tranquila. O Estado obriga a ter uma consciência cívica. Contradição!. As consciências devem formar-se naturalmente. Não podem ser impostas. Os valores não se transmitem pela força. Quando isso acontece, está-se perante uma manipulação da consciência, uma violação dos direitos da liberdade individual. Porquê reconhecer ao Estado o direito de obrigar a defendê-lo, representá-lo, louvá-lo ou mesmo beneficiá-lo de qualquer forma?

Faltando a coragem, a força e a companhia para lutar contra moinhos de vento, escolhido o caminho, **RESULTADO: DEFICIENTE DAS FORÇAS ARMADAS.** Sete horas? Mas que raio de sonho haveria de ter?

José Maia

Cumprir Portugal

Há quem pense que a questão dos desaparecidos, os mortos em combate nas três frentes de batalha de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique, é uma questão arrumada e por isso pertence ao passado!... É infeliz quem assim pensa, num País como Portugal, que deu novos Mundos ao Mundo, foi colonizador durante tantos anos, mas deixou obra feita que a história dos povos não vai esquecer, em especial os povos que falam a língua portuguesa. Foram e são evangelizados, a cultura portuguesa permanece bem viva e enraizada que aquelas gentes vão para sempre lembrar.

Não posso, não vou deixar no esquecimento, aqueles que ao serviço da Pátria foram dados como desaparecidos e muitas mães continuam sem saber do paradeiro dos restos dos seus filhos, sem saber se estão vivos ou mortos.

A experiência diz-nos que infelizes são todas as guerras, terríveis, cruéis demais para a Humanidade, mas aquelas que metem minas, armadilhas, espingardas, a chamada guerra de guerrilha, são aterrorizadoras e tudo destroem. Se não formos falar agora e já passaram vinte e um anos do término da guerra, não acho crível que algum dia se venha a falar; vamos acabar os tabus, e com frontalidade, assumir a realidade da nossa história, da qual não nos podemos envergonhar, pelo contrário, devemos assumi-la tal e qual como foi e é, que orgulha muito Portugal.

Quando Sua Exa, o Presidente da República visitou a Guiné-Bissau e Angola, aí foi depor uma coroa de flores no cemitério, onde se encontram os restos mortais dos combatentes portugueses, homenageando aqueles heróis, que ao serviço da Pátria deram o melhor de si mesmos e pagaram com a própria vida, com amor, paixão, abnegação, lutaram e em defesa do ideal pátrio, vieram a tombar no campo da honra, no campo de batalha, que é o que de mais nobre, mais sublime pode acontecer na vida de um povo (os seus cidadãos darem a vida pelo seu País), merecem por direito próprio permanecer em solo português, na sua verdadeira Pátria, de onde um dia partiram em defesa de um ideal e não voltaram. Sabemos que tudo implica sacrifícios, mas estes homens que lutaram e deram a vida por Portugal, merecem todo o sacrifício, todo o respeito e admiração pelo seu feito e os portugueses e as portuguesas têm por direito próprio, de saber quantos partiram e voltaram. Vivos ou Mortos, deve-se fazer cumprir Portugal.

João Gonçalves

A Coluna do Zangão

O dia amanheceu primaveril. Senté-se no ar o agradável perfume das, cada vez menos, flores que conseguem irromper nesta selva de betão.

Um alegre grupo de abelhas procura abastecer-se de pólen.

Do seu zumbido destaca-se um já nosso conhecido. É o do nosso amigo zangão, que uma vez mais nos visita.

Confesso que é sempre com prazer que o vejo e oiço. Assim, tenho sempre preparado o material necessário para passar em "letra de forma" as suas "agulhoadas", ou ferroadas, se preferirem.

- Amigo zangão, é para mim sempre um renovado prazer a sua visita...

Responde-me que fica muito sensibilizado da forma como é recebido, e inicia o diálogo.

- Sabe, não deixa de ser para mim objecto de meditação tudo o que me rodeia. Infelizmente, não cabem nestas páginas, tudo o que me preocupa.

Nota-se-lhe um certo amargor quando pronuncia estas últimas palavras, mas confesso, que a minha curiosidade já estava ao rubro, pelo que o incitei a continuar.

- Lastimo que estejamos a viver uma época de cópias. E, francamente, copiamos com cada aberração...

- Bom. Concerteza que vêm televisão. Então digam-me uma coisa:

- Somos um País com identidade própria. Com cultura própria, com história própria e com idioma próprio. Aos estudantes dos ensinos básico e preparatório é-lhes exigido aproveitamento na LÍNGUA PORTUGUESA.

- Assim sendo, expliquem-me porque razão o canal televisivo "SIC", faz gala em apresentar o "big show sic", o "flash back", o "surprise show", o "cross fire"?

- Posso ainda citar um programa da TVI, que tem uma "crónica de bem dizer bem falar" com o espantoso título de "p'rá uma".

- Já que copiamos tanta coisa, porque não seguirmos o exemplo da França, que recentemente publicou uma lei, sob proposta do então ministro da cultura, que previa penas pecuniárias, e até de prisão, para aqueles que tendo por missão o contacto com o público utilizam "estrangeirismos"?

- Nem quero falar da nefasta influência que as telenovelas exercem nos nossos concidadãos em formação.

Num ápice bateu as asas e ao passar o limiar da janela ficou-nos no ar o seu conhecido:

- Eu voltarei

Victor Sengo

Recordando Augusto Hilário

Augusto Hilário da Costa Alves consagrou-se na lenda coimbrã através do fado do "HILÁRIO". Morreu fez há dias 100 anos em Viseu, cidade onde nasceu. Tornou-se o puro tipo de estroina coimbrã e um símbolo dos fados do Choupal, com os versos improvisados de que era autor, e que enchiam invariavelmente pela noite dentro, o Penedo da Saudade e a Quinta das Lágrimas. Desconhece-se a data exacta do seu nascimento, mas sabe-se que foi registado como Lázaro Hilário na manhã de 7 de Janeiro de 1864. Só ao receber o crisma em 26 de Maio de 1877, mudou o nome para Augusto Hilário. Nasceu na rua Nova,, 14 em Viseu. Fez os estudos preparatórios em Viseu para admissão à faculdade de Filosofia, acabando por ingressar em Medicina. Apesar de ter chegado ao terceiro ano, dele se poderia dizer que se matriculara na boémia coimbrã, onde se tornou célebre pela voz, pela animação que dava aos serões académicos e por ser o improvisador fadista do Choupal. Em Março de 1895 os estudantes de todo o país acorreram à capital para a consagração de João de Deus e Hilário, que entrou nos anais da fama à boca da cena do Teatro de Dª Maria II, capa traçada sobre o ombro, usou a guitarra e a voz, e em plena apoteose atirou para a multidão a sua guitarra. No dia em que morreu os professores da Universidade suspenderam as aulas. No funeral teve alunos, oficiais (assentara praça na Marinha Real, facto que lhe permitia receber um subsídio do Estado. As descargas do estilo e uma marcha fúnebre tocada por uma banda acompanharam a sua despedida. Coimbra sentiu a sua falta, e o tempo fez a lenda. Na rua de Viseu onde nasceu e tem o seu nome, está modelada a guitarra coimbrã de Hilário.

José Maia

ADFACAR

Com a constituição do Departamento ADFACAR, vai a nossa Associação comercializar directamente algumas das mais prestigiadas marcas de automóveis que actuam no nosso mercado.

Este departamento multi marcas iniciará a sua actividade a partir do próximo mês de Abril e terá como colaborador, a tempo inteiro, o nosso associado Alberto Pinto.

A ADFA já efectuou acordos de comercialização com os representantes das marcas Renault, Volkswagen e Audi. Continuamos, no entanto, a desenvolver contactos com representantes de outras marcas, no sentido de podermos oferecer as melhores condições na aquisição da sua viatura e na dos seus familiares.

Ao adquirir o seu automóvel através da nossa Associação, não só terá um tratamento especial e personalizado, como também estará a contribuir para que esta possa vir a obter meios financeiros suplementares para fazer face às iniciativas de apoio aos associados.

Esperamos, na próxima edição do nosso jornal, poder dar mais informações sobre este serviço.

Se estás em processo de aquisição de nova viatura, contacta-nos já!...

No seguimento dos contactos que a Direcção Nacional tem vindo a efectuar com empresas de serviços, no sentido de se conseguirem condições especiais para os sócios da ADFA, e em que esta também, possa usufruir de algumas contrapartidas financeiras, estabeleceu a nossa Associação acordos de comercialização com a TopTours-Viagens e Turismo, Lda e com a Hiperpneus, S.A.

Viagens e turismo

Assim, para a utilização destes serviços, relativamente às viagens e turismo, devem os associados devidamente identificados como tal, e com as quotas em dia, dirigirem-se aos balcões da TopTours espalhados pelo país. Caso na localidade onde vivem não haja filial da TopTours, podem telefonicamente solicitar os serviços pretendidos para o balcão mais próximo.

Transcrevemos de seguida o protocolo de cooperação, assim como, os contactos dos vários balcões da TopTours.

PROTOCOLO DE COMERCIALIZAÇÃO

ENTRE A ADFA - ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS - E A top tours-VIAGENS E TURISMO, LDA. É CELEBRADO O PRESENTE PROTOCOLO COM O OBJECTIVO DE FORMALIZAR A SUA COOPEPAÇÃO.

1 - A ADFA COMPROMETE-SE A DIVULGAR ENTRE OS SEUS BENEFICIÁRIOS A AGÊNCIA E AS, CONDIÇÕES DE ACESSO AOS PROGRAMAS, ASSIM COMO OUTRAS INFORMAÇÕES DO INTERESSE DO BENEFICIÁRIO.

2 - COMPETE A top tours ASSEGURAR A QUALIDADE DOS PRODUTOS E

SERVIÇOS A FORNECER AOS BENEFICIÁRIOS DA ADFA.

3 - A top tours COMPROMETE-SE A ATRIBUIR AOS BENEFICIÁRIOS DA ADFA UM DESCONTO - SOBRE AS VENDAS, EFECTUADAS AO BALCÃO, DESDE QUE ESTES NO ACTO DA COMPRA APRESENTEM O CARTÃO DA ADFA.

4 - A top tours COMPROMETE-SE A ATRIBUIR À ADFA UM DESCONTO ESPE

CIAL, A TÍTULO DE PROMOÇÃO DO ACORDO, ESTE VALOR SERÁ

CREDITADO, CASO A CASO, EM NOTA DE CRÉDITO A EMITIR.

5 - A top tours COMPROMETE-SE A FACILITAR O PAGAMENTO DAS VIAGENS ATRAVÉS DE PRESTAÇÕES MENSAS, ATÉ AO NÚMERO MÁXIMO DE 8, NA SEQUÊNCIA DO ACORDO QUE VIER A EFECTUAR COMO BENEFICIÁRIO DA ADFA. TODA A VIAGEM DEVERÁ ESTAR LIQUIDADADA ANTES DA PARTIDA.

6 - A top tours COMPROMETE-SE A MANTER OS VALORES DA VIAGEM, SEM AGRAVAMENTOS, A PARTIR DA DATA DA VENDA AOS BENEFICIÁRIOS SALVO SE SE VERIFICAREM AUMENTOS NAS TARIFAS AÉREAS OU DESVALORIZAÇÕES CAMBIAIS, NESTA SITUAÇÃO, PODERÁ O BENEFICIÁRIO APRESENTAR A -SUA DESISTÊNCIA, SENDO REEMBOLSADO DOS VALORES PAGOS.

7 - AS DESISTÊNCIAS, SERÃO OBRIGATORIAMENTE EFECTUADAS ATRAVÉS DA AGÊNCIA.

8 - ESTÃO ISENTAS DE GASTOS AS DESISTÊNCIAS COMUNICADAS ATÉ UM MÊS ANTES DA PARTIDA, SENDO OS REEMBOLSOS FEITOS NA TOTALIDADE JÁ DESEMBOLSADA PELOS CLIENTES.

A PARTIR DESTES PRAZOS, O REEMBOLSO SERÁ FEITO DEPOIS -; DE DEDUZIDOS OS GASTOS DE ANULAÇÃO, CASO OS HAJA, SENDO DA RESPONSABILIDADE DA AGÊNCIA A INFORMAÇÃO NESSE SENTIDO, A DATA DA RESERVA DA VIAGEM-

9 - AS CRIANÇAS SERÃO ABRANGIDAS PELOS DESCONTOS PRATICADOS NA AGÊNCIA.

10 - A top tours PODERÁ ACEITAR A SUBSTITUIÇÃO DE PASSAGEIROS ATÉ 72 HORAS ANTES DA PARTIDA, DESDE QUE TAIS ALTERAÇÕES NÃO SEJAM OBSTADAS PELOS FORNECEDORES DE SERVIÇOS.

11 - A ADFA NÃO SERÁ RESPONSABILIZADA PELA top tours POR ATRASOS NOS PAGAMENTOS OU OUTRAS SITUAÇÕES, QUE ADVÊM DA RELAÇÃO DIRECTA ENTRE OS BENEFICIÁRIOS E A REFERIDA AGÊNCIA, PODENDO ESTA TOMAR A ATITUDE QUE ACHAR MAIS CONVENIENTE.

12 - A top tours INFORMARÁ O BENEFICIÁRIO DA ADFA DAS CONDIÇÕES A QUE FICA SUJEITO E QUE ESTÃO EXPRESSAS NESTE DOCUMENTO. A ADFA INFORMARÁ OS -SEUS BENEFICIÁRIOS EM TERMOS GERAIS ENOS SEUS ASPECTOS PARTICULARES SEMPRE QUE QUALQUER INTERESSADO O SOLICITE.

13 - NO FIM DE CADA ANO TERÁ LUGAR UMA REUNIÃO ENTRE AMBAS -; AS PARTES, DE AVALIAÇÃO DO TRABALHO DESENVOLVIDO PARA QUE SE EFECTUE A EVENTUAL RENOVACÃO DO PROTOCOLO.

Filiais da Top-tours

1000 LISBOA	Av. Duque de Loulé, 108. Tel.3155885 Fax 3155873
1200 LISBOA	Av. da Liberdade, 38 - H Tel. 3468384 Fax 3476424
1700 LISBOA	Av. da Igreja, 6 - B Tel.8483027 Fax 8491169
1500 LISBOA	R. Francisco Stromp, 3 - A Tel.7575176 Fax 7575168
1000 LISBOA	R. Laura Alves, 12 - F 7941052 Fax 7940816
2800 ALMADA	R Garcia da Horta, 26 - B Tel.2742214 Fax 2742249
4100 PORTO	Av. da Boavista, 1361 Tel. 6000861 Fax 6068221
4000 PORTO	R. Alferes Malheiro, 96 Tel. 2082785 Fax 325367
8500 PORTIMÃO	Estrada da Rocha, Praia da Rocha Tel. 417552 Fax 417573
8125 QUARTEIRA	Av. Infante de Sagres, 73 Tel. 302726 Fax 302731

Serviço de pneus

Relativamente à Hiperpneus, S.A. o acordo estabelecido para o fornecimento de bens e serviços, aos associados da ADFA, que para o efeito terão que se fazer acompanhados de uma requisição da Associação, estabeleceu os seguintes descontos, a pronto pagamento, sobre a tabela de venda ao público:

- Pneus - 40%
- Alinhamento de direcção - 20%
- Equilibragem de rodas - 20%
- Mudanças de óleo - 40%

Os associados poderão contactar telefonicamente a Associação solicitando-lhes os serviços que pretendem requisitar à Hiperpneus, S.A, e qual a filial que pretendem utilizar, e a Associação enviará via fax, a respectiva requisição. Assim bastará ao associado dirigir-se à filial indicada e identificar-se como sócio da ADFA.

Transcrevemos a rede de postos da Hiperpneus que poderão ser utilizados:

3800 AVEIRO
RUADA REPÚBLICA, 323 (VARIANTE DE CACIA)
TEL. (034) 913233 - FAX: (034) 912726

2675 PÓVOA S. ADRIÃO
RUA ALMIRANTE GAGOCOUTINHO, 98
TEL. (01) 9377020 - FAX: (01) 9371494

2685 SACAVÉM
RUA ESTADO DA INDIA, 8
TEL. (01) 9415256 - FAX: (01) 9410703

1050 LISBOA
AVENIDA MIGUEL BOMBARDA, 29 - A
TEL. (01) 3539356 - FAX: (01) 529818

1495 LISBOA ALGÉS
RUAD. JOÃO DE CASTRO, 14 - A ALGÉS
TEL. (01) 4100485 - FAX: (01) 4100479

1495 LISBOA ALGÉS
RUADAMIÃO DE GÓIS, 5 - B/C ALGÉS
TEL. (01) 3010245

2950 PALMELA
EDIFÍCIO MAKRO
TEL. (01) 2103086 FAX: (01) 210 30 86

800 FARO
RUADO ALPORTEL, 158
TEL. (089) 28040 - FAX: (089) 21935

800 FARO
ESTRADA NACIONAL 125 SÍTIO DOSSALGADOS
TEL. (089) 882235 - FAX: (089) 882258

4450 MATOSINHOS
RUAMOUSINHODEALBUQUERQUE, 628
TEL. (02) 9378140 - FAX: (02) 9374658

7160 VILA VIÇOSA
LOTES 204 E 205 ZONA INDUSTRIAL
TEL. (068) 881234 - FAX: (068) 881234

Delegação de Coimbra Comparticipação dos associados para aquisição de um FAX

Nº	NOME	QUANTIA
244	JOSÉ MARTINS MAIA	5000\$00
3880	ANÓNIO GONÇALVES QUEDAS	2000\$00
2237	AFONSO DA SILVA R. BALAS	5000\$00
4224	MANUEL COELHO QUINTEIRO	1000\$00
11686	DIAMANTINO HELENODA SILVA	3000\$00
6197	ANTONIO MARTINS	5000\$00
506	JOAQUIM PADILHA DE OLIVEIRA	5000\$00
7930	ISAIAS DE JESUS PEQUENO	2000\$00
12031	CARLOS JÚLIO V. LACERDA	1000\$00
5522	GILBERTO PEREIRA GASPAR,	3700\$00
6203	ORLANDO AZEVEDO DE CARVALHO	1000\$00
889	JOSÉ AUGUSTO PEREIRA	1000\$00
10537	CARLOS ANTONIO C. FERNANDES	5000\$00
9035	ANTÓNIO LUIS PINTO PEREIRA	5000\$00
6269	MANUEL FERNANDO Q.S. LUCAS	5000\$00
1326	MARIO DINIS DOS SANTOS	2500\$00
1998	ANTÓNIO A. ALMEIDA SANTOS	5000\$00
7119	FERNANDO RODRIGUES DA SILVA	10000\$
9607	ANTONIO JOAQUIM GONÇALVES	3700\$00
898	CARLOS MANUEL C. FERNANDES	2000\$00
10729	CARLOS MANUEL SÁ DOS REIS	3000\$00
9145	HUGO MANUEL R. COIMBRA	4850\$00
7203	VIRIATO AMARAL DA SILVA	15 000\$00
2092	JOSÉ MOTA GASPAR CEBOLA	2000\$00
4807	QUINTINOROSA OLIVEIRA	5000\$00
7861	ADELINO SANTOS CORREIA	2000\$00
10573	MANUEL PEREIRA	2000\$00
1107	MARIO ANTÓNIO F. SANTOS	2000\$00
1674	JOSÉ GONÇAVES NUNES	2500\$00
233	JOSÉ DOS SANTOS DIAS TEMIDO	2000\$00
5305	ACÁCIO RIBEIRO ALVES	20 000\$00
1850	MANUEL DUARTE DA SILVA	3700\$00
6871	FERNANDO RODRIGUES NUNES	1000\$00
4808	JOSÉ DOS SANTOS	5000\$00
4435	MANUEL CORREIA C. PARRACHO	2000\$00
9968	JOSÉ AUGUSTO TAVARES CALINAS	1000\$00
873	MANUEL DE JESUS	1000\$00
13220	ANTÓNIO DE PAIVA CARVALHO	2000\$00
1453	MANUEL GOMES RAMOS	1000\$00
10815	LICÍNIO DINIS MARQUES	1000\$00
13180	JOSÉ RODRIGUES FERNANDES	1000\$00
13291	ANTÓNIO CANAIS SOARES	2000\$00
TOTAL		153 950\$00

Audiência com o Secretário de Estado da Defesa Nacional



Conforme noticiámos na edição do Jornal "ELO" do mês de Março, o Secretário de Estado da Defesa Nacional recebeu em audiência, no dia 11 de Abril, a Direcção Nacional da ADFA, na sequência do documento sobre a estratégia legislativa apresentado, oportunamente, a este membro do Governo.

Tendo em conta a realização da Assembleia Geral Nacional Ordinária, em 13 deste mês e as expectativas criadas pelos associados quanto às respostas concretas sobre as injustiças legislativas que se mantêm em relação aos deficientes militares, ainda não foi desta vez que a ADFA obteve uma

resposta categórica a uma solução global que num gesto de coragem política resolva as questões que penosamente se arrastam desde o fim da guerra colonial.

A Direcção Nacional obteve, no entanto, do Secretário de Estado da Defesa a aceitação para ser criada, no MDN, uma estrutura

com capacidade para equacionar, coordenar e propor medidas legislativas em relação à reabilitação dos deficientes militares, prevendo-se que façam parte desta estrutura os três ramos das Forças Armadas e a ADFA. A criação deste instrumento do MDN para a política de reintegração dos deficientes militares constitui, desde logo, o reconhecimento de que o Governo não pode alhear-se das obrigações que a Nação tem perante aqueles que se deficientaram no cumprimento do serviço militar.

No prosseguimento da audiência o Secretário de Estado que se fez acompanhar, na mesma, pelo Dr. Manuel Gameiro, Director Geral de Pessoal do MDN, considerou ser desejável que a ADFA venha a participar num órgão consultivo da gestão do Lar Militar da Cruz Vermelha com

a finalidade de, em conjunto com o MDN e utentes residentes, se poderem vir a identificar os reais problemas deste equipamento assistencial, no sentido de que, rapidamente, o Lar Militar preencha os padrões de qualidade que a dignidade dos deficientes militares exige.

Noutro ponto da audiência, o Dr. Pereira Gomes reconheceu que o direito à acumulação da pensão-indemnização com vencimentos e pensões da Função Pública por parte dos deficientes militares em serviço é logicamente justo pelo que a sua Secretaria de Estado irá de imediato proceder ao levantamento desta questão, já equacionada pelo Governo anterior e objecto de estudos e pareceres por parte da Administração Pública.

A Direcção Nacional reforçou a posição de que a

resolução dos problemas dos deficientes militares implica uma resposta global, não se afigurando à ADFA ser possível continuar uma política de respostas parcelares que provou nestas duas últimas décadas não ser minimamente satisfatória em relação, nomeadamente aos deficientes militares do serviço.

Conscientes do país real que somos e compreendendo que o tratamento destas questões é complexo, registamos com continuada esperança, a abertura ao diálogo manifestada pelo Secretário de Estado da Defesa que, no final da audiência, declarou que é necessário continuar a aprofundar o estudo dos problemas apresentados na convicção de que não há posições rígidas quando ambas as partes negociam de boa-fé.

Deficientes em serviço - a voz dos sócios

Deficientes em serviço não podem acumular pensões e... sentem-se desprezados!

Sou sócio nº 7403, Vitorino António de Sousa Moreira, deficiente das Forças Armadas, em serviço.

Têm sido feitos repetidos apelos, através do nosso jornal Elo, para que paguem quotas atrasadas

Penso que a maioria destes retardatários deve ser constituída pelos os chamados deficientes em serviço, tal como eu, que ao contrário dessa maioria tenho as quotas em dia, através de desconto em conta bancária

De facto, nós, deficientes em serviço, além de estarmos seriamente desmotivados, ainda temos sempre os famosos aumentos, que, são propostos por quem já está muito razoavelmente bem. Eu não contesto os aumentos, fique bem claro, mas contesto o que de tão pouco tem sido feito por estes deficientes como eu. Reparem bem, trabalho na Câmara Municipal de Penafiel, sou funcionário público, vocês já sabem o quanto perco, além de que se eu morrer a minha esposa nada tem, com nada fica. O tempo de tropa nem conta para a aposentação, e segundo um nosso camarada, mais bem informado do que eu, relata no nosso jornal elo na página-11 do mensário de Fevereiro nº251, o camarada Albino Maia, sócio nº 6041, os deficientes em serviço têm sido desprezados, pelos nossos dirigentes.

Por aquilo que eu me apercebi nós só servimos para pagar as quotas afixadas por aqueles que já estão bem, pois os deficientes em serviço, pela desmotivação que tem em si ao ver os seus problemas passados para trás das costas, não comparecem às reuniões onde se aprovam as referidas quotas.

Faço um apelo a que todos paguem, mas à Exma Direcção pedia-lhe encarecidamente, que façam algo por nós, que também expusemos a vida ao serviço da pátria, fomos vítimas da guerra e do governo. Não queremos ser vítimas dos nossos próprios colegas. Agradeço toda a vossa atenção, a este problema, e se possível publiquem esta carta no nosso jornal o elo pois pode motivar outros sócios para o problema que é o nosso, muito obrigado.

Vitorino António de Sousa Moreira
Sócio nº 7043

Deficientes em serviço desmotivados

Fui mobilizado para Angola em 1975.

Estando colocado em zona de campanha, fomos atacados. Era eu mecânico de armas ligeiras e ao reparar uma arma tive a infelicidade de me ferir na vista esquerda. Fui operado, tendo-me sido extraída a mesma. Regressei a Lisboa onde fui submetido a junta médica que me atribuiu uma incapacidade de 35,5%. Ora, estando eu em campanha porque fui considerado deficiente em serviço e não de campanha? Uma injustiça como tantas outras!

Vamos a outro assunto. Trabalho numa empresa há 30 anos a qual se encontra, agora, em situação difícil como muitas e em vias de fechar.

Tive conhecimento que se isso vier a acontecer não tenho direito ao subsídio de desemprego como os restantes trabalhadores uma vez que aufero uma pensão de invalidez de 28900\$00. Mais, quando um dia me quiser reformar não tenho direito à reforma da segurança social, para a qual descontei todos os meses.

A ser isto verdade em que país vivemos? De facto, não temos direito igual aos nossos camaradas em campanha! O que têm feito pelos deficientes em serviço, todas as Direcções que têm passado pela nossa associação? Somos uma praga para esquecer ou só servimos para pagar quotas?

Agradeço ser esclarecido o mais depressa possível.

João Marques Pereira
Sócio nº 2057

Deficiente em serviço! Que critério?

Já muito se tem dito sobre os deficientes em serviço, e nada foi feito.

Por isso resolvi escrever para dar a conhecer a todos os colegas deficientes e não só, a minha situação. De todas as que têm sido publicadas, julgo eu, que a minha consegue ser uma das mais vergonhosas, a qual passo a descrever na íntegra:

Estando eu, como radiotelegrafista, a prestar serviço militar em Angola, mais propriamente em Cabinda, zona do Blize - operacional a 100% -, no dia 8-12-72 fui chamado para integrar uma coluna, seguindo na mesma viatura do comandante do pelotão que era um alferes miliciano. Cerca das nove horas da manhã a nossa viatura colidiu com a da frente em consequência do que o alferes e eu ficámos feridos.

Resultado: ficamos os dois deficientes. Eu com um grau de incapacidade de 30%, por acidente ocorrido em serviço; o alferes ficou deficiente, considerado em campanha.

A minha revolta é, que sendo os dois deficientes do mesmo acidente, atribuíram-me a mim deficiência em serviço, e ao alferes deficiência em campanha.

E pergunto eu: não andávamos os dois na mesma guerra? Não fomos feridos no mesmo acidente?

Luís Manuel de Oliveira Borges
Sócio nº11643

Sócios falecidos



Manuel Marinho Alves sócio nº6.360 de 53 anos, faleceu no dia 26/02/1996.

Tinha 76,8% de incapacidade, motivada por ferimentos no braço direito provocados por uma rajada, aquando de uma emboscada sofrida em Angola, em 1965.

Residia em Agilde - Celorico de Basto

Deixa viúva a Srª D. Maria Joaquina de Jesus Monteiro.



Fernando Ferreira Jorge sócio nº 7736 de 53 anos.

Tinha 30% de desvalorização por ferimentos em combate em Angola, em 1964

Residia em Pedrulha - Coimbra

Deixa viúva a Srª D. Laurinda Ferreira Figueiredo e Abreu e órfãos 3 filhos.

Aos familiares e amigos dos sócios falecidos apresentamos as nossas mais sentidas condolências

22º Aniversário da ADFA

Programa das comemorações

A nossa Associação completará, no dia 14 de Maio, 22 anos de uma vida rica e intensa, resultado evidente da participação em que, no seu desenvolvimento e actividades, os associados se têm empenhado com a sua militância e intervenção.

Essa vontade participativa que se vê crescer, dia-a-dia, teve reflexos em todas as conquistas que a ADFA alcançou, permitindo que, agora, se encontrem criadas condições para que se encare com esperança a possibilidade de resolução de problemas dos nossos associados, os quais esperam por ela, numa palavra, por justiça, há demasiados anos.

É dever solidário de todos contribuir, na medida da nossa disponibilidade e conhecimentos, para que a força conjunta que a ADFA é, e representa, seja um factor dinâmico de reivindicação firme e consciente, para que se estabeleça o estatuto de dignidade aos deficientes militares que ainda o não têm.

Vamos, assim, viver intensamente o 22º aniversário da ADFA!

Reflectiremos, na sede nacional, sobre o futuro e novos caminhos da política nacional de reabilitação, tal como nos reuniremos, em convívio associativo, nos dias 14 e 18 de Maio.

As delegações de Viseu, Famalicão e Bragança, com eventos diferenciados, também integram a comemoração nacional do aniversário.

A nossa envolvimento, em todas estas celebrações associativas, corresponderá a uma resposta afirmativa à participação individual na caminhada futura, rumo a um horizonte de maior igualdade entre todos nós, que corresponderá, seguramente, a um maior vigor e coesão da ADFA.

Dia 4 de Maio, sábado:

Inauguração das novas instalações da Delegação de Viseu (Ver programa próprio na página de "Delegações")

Dia 14 de Maio, terça feira:

15:00 horas - colóquio na Sede Nacional, subordinado ao tema "Política Nacional de Reabilitação. Caminhos- Nova Esperança".

O colóquio, aberto a todos, contará com a presença de entidades ligadas à Política Nacional de Reabilitação, associações de e para deficientes e comunicação social.

20:30 horas - Jantar-convívio associativo na Sede Nacional

(Inscrições, até dia 10 de Maio, para o Tel. 7570422 - Ext. 214 - preço por pessoa: Esc. 1500\$00. O Jantar que se compõe de sopa, prato, sobremesa, vinho, águas ou sumos, café e digestivo, não inclui serviço de Bar). Contacta a sede.

Dia 18 de Maio, sábado

Convívio associativo na Sede Nacional, com incidência especial para a visita organizada pela delegação de Évora e Núcleo de Alcobça (ver programa próprio na página das "Delegações". O almoço, composto de sopa, prato, sobremesa, vinho, águas ou sumos, café e digestivo, não inclui serviço de Bar e importará em 1500\$00 por pessoa

Dia 19 de Maio, domingo

Almoço convívio do 22º aniversário da Delegação de Famalicão (ver programa próprio na página das "Delegações").

Dia 16 de Junho, domingo

Almoço-convívio da Delegação de Bragança (programa definitivo a divulgar no próximo número do "Elo").

Última hora

Por dificuldades do serviço de agenda da Presidência da República, não foi possível, até ao momento do encerramento desta edição, confirmar a data da visita de Sua Ex.ª o Chefe de Estado, à sede da ADFA, por ocasião do nosso aniversário.

Informa-te e vem!

Reunião de Sócios na Sede com a DN



A Direcção Nacional reuniu, na Sede, no dia 19, e contrariamente ao que vinha acontecendo, com um número reduzido de associados. Os presentes decidiram não seguir a Ordem de Trabalhos publicada, e fazer incidir o encontro sobre matéria legislativa.

No entanto, no início, os associados que, na sua maioria se haviam deslocado do Barreiro, levantaram algumas questões de carácter financeiro, que lhes foram devidamente explicadas pela DN, e evidenciaram problemas pontuais e pessoais relativos ao levantamento das quotas das suas contas bancárias, os quais, também, lhes foram clarificados, dado que os mesmos assentaram num erro de apoio na base informática que suportava os dados enviados, para o desconto,

no passado mês de Janeiro.

Da área legislativa, a DN comunicou os últimos desenvolvimentos, em especial a abertura negocial que parece poder entreabrir-se no Ministério da Defesa, por parte do seu titular e do Secretário de Estado, o que não se revelou tão claro no encontro com o Director Geral de Pessoal, que geria os assuntos dos deficientes militares no Ministério.

Existia, do lado da ADFA, a sensação, com tendência a inverter-se, de que o MDN assumira que, se pouco ou nada se tinha feito anteriormente, em prol dos deficientes militares, a culpa não era do actual executivo governamental, o que sugeriria a manutenção do quadro legislativo vigente ou, até, a sua redução. ADN clarificou, com veemência, a posição da ADFA e abriu todo

dossier legislativo pendente no MDN, estabelecendo prioridades, pelas situações de injustiça mais gritante. Falou-se da existência da vontade política daquele ministério para a criação de uma estrutura de acompanhamento dos problemas dos deficientes militares, composta por representantes dos ramos e da ADFA; os sócios alertaram a DN para o cuidado a ter com a nomeação do elemento da nossa associação, para ser evitada, como aconteceu no passado, a indigitação de quem não defenda capaz e convictamente os nossos direitos.

Foi apontada a necessidade absoluta de retirar os deficientes do serviço do Estatuto da Aposentação para que seja possível fazê-los aproximar do estatuto dos DFA, situação

exposta ao Ministro da Defesa Nacional que, numa audiência excelente e que excedeu todas as expectativas, revelou interesse e abertura às pretensões evidenciadas pela ADFA.

Foi vivamente debatida a situação criada com a publicação do acórdão do Tribunal Constitucional sobre "gradações", ainda à luz das suas primeiras leituras que não permitiam, ainda, um posicionamento claro por parte da ADFA, mas que parece vir, ao fazer justiça, criar outras diferenças e injustiças que ficarão por reparar. O Ministro da Defesa que, no momento da audiência ainda não tinha lido profundamente o documento, garantiu que a sua aplicação não será efectuada sem ouvir a opinião da nossa Associação. Espera-se que a aplicação do acórdão permita

o desenvolvimento de um pacote legislativo, que inclua, nomeadamente os escalões, o problema dos deficientes em serviço, a abrangência legislativa de algumas situações dos que não têm pensões, tal como, os acidentes ocorridos nos percursos de e para os quartéis, e uma clarificação do destino e objectivos do Lar Militar, na realidade criado para os deficientes militares.

Os sócios abordaram a situação diferenciada como os ramos permitiram ou não o direito de opção pelo serviço activo, designadamente a Armada, o que impediu um número apreciável de DFA de optarem pela sua continuidade, o que desejam que seja agora, viável; alguns militares da Armada expuseram, recentemente o caso ao respectivo Chefe de Estado-Maior.

Questionou-se como poderão optar pelo serviço, hoje, os militares que, com 50 ou mais anos, terão que deixar casa e família, com a agravante do limite de idade para poderem ascender ao posto a que têm direito, e qual o período de tempo em que terão que permanecer no activo para que lhes seja refeita a carreira; enfim, um sem número de perguntas, para as quais ainda não existem respostas cabais. Parece que seria menos diferenciador o acórdão se se tivesse atido à conversão das gradações em promoções ou, no mínimo, à sua integração nas reformas ou pensões.

A DN diria que há que gerir esta nova situação com muita sensatez e bom senso, mas um associado contrapôs, e bem: "a ADFA tem muita força, temos que a saber empregar".

Reunião de sócios na Sede

24 de Maio de 1996, 20:30 horas

CONVOCATÓRIA

A Direcção Nacional convida todos os associados a estarem presentes numa reunião que se realiza no próximo dia 24 de Maio, sexta feira, pelas 20:30 horas, a qual terá lugar na Sede Nacional, com os seguintes pontos da ordem de trabalhos:

- 1 - Análise da situação legislativa.;
- 2 - Informações Gerais

Lisboa, 18 de Abril de 1996
A Direcção Nacional